

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

THAIS VITAL DOS SANTOS

“ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA”: a legitimação do racismo institucional do Caso Cláudia Silva Ferreira no jornalismo online

JOÃO PESSOA

2018

THAIS VITAL DOS SANTOS

“ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA”: a legitimação do racismo institucional do Caso Cláudia Silva Ferreira no jornalismo online

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração Comunicação e Culturas Midiáticas, linha de pesquisa Mídia, Cotidiano e Imaginário, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Derval Golzio.

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Santos, Thais Vital Dos.

"ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA": a
legitimação do racismo institucional do Caso Cláudia
Silva Ferreira no jornalismo online / Thais Vital Dos
Santos. - João Pessoa, 2018.

81 f. : il.

Orientação: Derval Golzio.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Racismo. Racismo Institucional. Cláudia. I. Golzio,
Derval. II. Título.

UFPB/BC

THAIS VITAL DOS SANTOS

“ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA”: a legitimação do racismo institucional do Caso Cláudia Silva Ferreira no jornalismo online

Aprovado em: 29/08/18

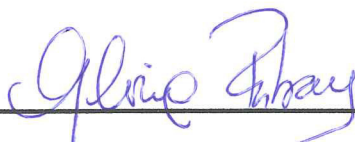
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Derval Golzio – PPCG/UFPB

(ORIENTADOR)

Profa. Dra. Cristina Matos - DCS/PPGS UFPB



Profa. Dra. Glória Rabay - DEJOR/UFPB

João Pessoa

2018

*Para meu pai e minha mãe pelo amor e apoio incondicionais em todas as decisões da minha vida.
À Cláudia Silva Ferreira, representação de que no Brasil “a carne mais barata do mercado é a carne negra” e à todas as vidas negras interrompidas brutalmente pelo racismo institucional.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a meu pai Sebastião Vital dos Santos e à minha mãe Francisca Maria dos Santos por terem me apoio desde o início desta empreitada. Agradeço por todo apoio incondicional que me foi dado em cada decisão tomada em toda a minha vida.

Gratidão a toda minha família, em geral, pelo apoio e conforto nos momentos de crise diante das dificuldades enfrentadas para conclusão desta pesquisa.

Agradeço, de forma especial, o meu orientador Derval Golzio por toda paciência e compreensão diante das minhas dificuldades e singularidades, e principalmente, por ter aceitado caminhar comigo nessa missão.

Agradeço ao meu companheiro, namorado, amigo, Ary Santiago, pela paciência e por ter segurado minha mão e confortado meu coração diante de todas as dificuldades e dividido comigo todas as alegrias.

Agradeço ao meu círculo do EJC de Fátima, os Hemoglobrilhos de Deus, por todo apoio e orações.

Agradeço a minha chefe, professora Cida Ramos, pela compreensão nos momentos em que foi necessário um afastamento para conclusão dessa pesquisa.

Agradeço, enfim, a todos que maneira direta e indireta contribuíram para consolidação dessa dissertação.

Muito obrigada!

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra*

Elza Soares

RESUMO

Esta dissertação trata da análise do comportamento do jornalismo online diante do racismo institucional do Caso Cláudia Silva Ferreira, uma mulher negra que foi arrastada e assassinada pela polícia militar do Rio de Janeiro, em 2014. Para concretização da pesquisa foram utilizados como método a Análise de conteúdo aliada à Teoria do Imaginário de Duran, relacionando-os ao agendamento midiático. O objetivo desta dissertação é investigar de que forma o jornalismo online contribui e legitima o racismo institucional diante das circunstâncias da morte de Cláudia, a partir da análise dos onze portais de notícias mais acessados no Brasil. Como referencial teórico, para discussão das relações raciais, as ideias de Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes foram norteadoras. Para discutir o imaginário e sua relação com a atualidade, os conceitos de Gilbert Duran foram fundamentais. Walter Lipman e sua metodologia foram utilizados nos estudos da Agenda Setting. Assim, observou-se que o jornalismo online foi um espaço de legitimação do racismo institucional, através de omissões de discussões acerca do tema, ausência de problematização da morte de um grande número de negros através das intervenções militares, bem como a utilização de enquadramentos secundários que não abordavam a causa da morte. A dissertação contribui para a continuidade das discussões e estudos sobre as relações raciais brasileiras, bem como, tenta chamar a atenção das instituições para o racismo naturalizado que corrobora para o impedimento do acesso de pessoas negras à bens e serviços que deveriam ser ofertados a todos os brasileiros, sem exceção.

Palavras-chave: Racismo. Racismo institucional. Cláudia. Jornalismo online. Imaginário.

RESUMEN

Esta disertación trata del análisis del comportamiento del periodismo en línea ante el racismo institucional del Caso Cláudia Silva Ferreira, una mujer negra que fue arrastrada y asesinada por la policía militar de Río de Janeiro en 2014. Para concreción de la investigación se utilizaron como método el Análisis de contenido aliada a la Teoría del Imaginario de Duran, relacionándolos con la agenda mediática. El objetivo de esta disertación es investigar de qué forma el periodismo online contribuye y legitima el racismo institucional ante las circunstancias de la muerte de Claudia, a partir del análisis de once portales de noticias más accesados en Brasil. Como referencial teórico para discusión de las relaciones raciales, las ideas de Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes fueron orientadoras. Para discutir el imaginario y su relación con la actualidad, los conceptos de Gilbert Duran fueron fundamentales. Walter Lipman y su metodología se utilizaron en los estudios de la Agenda Setting. El periodismo online fue un espacio de legitimación del racismo institucional, a través de omisiones de discusiones sobre el tema, ausencia de problematización de la muerte de un gran número de negros a través de las intervenciones militares, así como la utilización de encuadres secundarios que no abordaban la causa muerte. La disertación contribuye a la continuidad de las discusiones y estudios sobre las relaciones raciales brasileñas, así como, intenta llamar la atención de las instituciones para el racismo latente naturalizado que corrobora para el impedimento del acceso de personas negras a bienes, servicios que deberían ser ofrecidos a todos los brasileños, sin excepción.

Palabras-clave: Racismo. Racismo institucional. Claudia. Periodismo en línea. Imaginaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cláudia com seus colegas de trabalho do Hospital	15
Figura 2. Família de Cláudia	15
Figura 3. Cláudia sendo arrastada	16
Figura 4. Ficha de Análise	56
Figura 5. Primeira notícia sobre a morte de Cláudia	61
Figura 6. Currículo do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo de 1980 a 2013	64
Figura 7. E agora?	75
Figura 8. Pupillas	75
Figura 9. Vai precisar de quantas Silvas?	75
Figura 10. Ticiano Alves	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Palavras utilizadas no título das matérias	59
Tabela 2. Palavras utilizadas no título x Sites que veicularam as matérias	60
Tabela 3. Características x Site	62
Tabela 4. Racismo institucional x Sites que mencionaram em suas matérias	64
Tabela 5. Foco da matéria x histórico dos policiais	66
Tabela 6. Gênero jornalístico	69
Tabela 7. Data das publicações x sites	71
Tabela 8. Fontes que predominam nos textos	71
Tabela 9. Caráter da matéria x sites	72

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. MULHERES NEGRAS: PROTAGONISTAS HISTÓRICAS.....	14
2.1 Contexto histórico da situação da população negra após a assinatura da Lei Áurea	17
2.2 Exploração do corpo e resistência negra feminina	18
2.3 Mulheres Negras Líderes	23
3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO NA MÍDIA	27
4. RACISMO INSTITUCIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS	34
4.1 Reconhecer para enfrentar	38
5 INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS E O IMAGINÁRIO APLICADO À COMUNICAÇÃO: ENFOQUES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	42
5.1 Agendamento como mediador das relações sociais.....	42
5.2 A construção social da notícia: o acontecimento como resultado de um processo de intervenção subjetiva.....	43
5.3 Jornalismo Online	45
5.4 Imaginário social da Comunicação	48
5.4.1 Estruturação do Imaginário	49
5.4.2. O imaginário do racismo no Brasil	50
5.4.3 O imaginário sobre a mulher negra	51
6. PERCURSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	55
6.1 A ferramenta Análise de Conteúdo	58
7. CLÁUDIA SILVA FERREIRA: REPRESENTAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL NO JORNALISMO ONLINE BRASILEIRO.....	59
7.2. Jornalismo online como espaço de omissão e legitimação do racismo institucional	63
7.3 A não repercussão do histórico da PM e a omissão de Cláudia como vítima	65
7.4 Estrutura do texto jornalístico como mediador da discussão sobre Racismo Institucional	68
7.5 A desconstrução do racismo e confronto com o jornalismo hegemônico	73
8. PALAVRAS FINAIS	77
9. REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

Ser mulher negra no Brasil não é fácil. Pelo contrário, nascer menina e de cor negra significa ter a expectativa de vida reduzida, pois 23 mil vidas negras são perdidas pela violência letal por ano¹ no nosso país.

Em 2014, assassinaram mais uma preta, pobre, moradora de favela. Um assassinato que entrou para as estatísticas de negros mortos e continua impune. Enquanto essa dissertação é produzida, mais pretas estão sendo assassinadas. Esse trabalho não irá impedir que mais assassinatos aconteçam. Mas esperamos que, pelo menos, ecoe nos corredores da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. A vida de Cláudia Silva Ferreira foi assustadoramente interrompida por quem tinha a obrigação de mantê-la protegida. Por isso, nenhuma voz deve se calar.

A inquietação que culminou no resultado dessa pesquisa teve seu início quando Cacau, apelido pelo qual Claudia Silva Ferreira era conhecida entre os amigos, passou a ser cotidianamente conhecida como “a mulher arrastada”. Naquele momento, mais uma vida negra estava sendo banalizada. Agora, Cláudia cede sua história e sua morte brutal para uma segunda pesquisa que, a partir da sede de justiça e da relação de pertencimento e identidade negra, tenta dar voz à sua que representa tantos negros e negras mortas diariamente no Brasil.

O percurso nesses dois anos foi doloroso. Todos os depoimentos, vídeos, notícias, reportagens, traziam a marca do genocídio da população negra no país. Um genocídio em curso que tem sido acatado pelo Estado que legitima seu racismo através das ações criminosas de sua própria instituição: a polícia militar. Esse ano, o país é surpreendido novamente com o assassinato de mais uma negra: a vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco é assassinada com nove tiros. Mais uma voz negra, militante dos direitos humanos e ativamente contra a violência militar foi brutalmente calada.

O racismo institucional tem ganhado força e espaço na sociedade brasileira. A sua criminalização e desconstrução precisam ser pautadas. A mídia é um elemento crucial nessa luta, no entanto tem se tornado outro instrumento legitimador dessa prática.

¹ Dados obtidos no relatório “Vidas Negras: Pelo fim da violência contra a juventude no Brasil”. Disponível: <https://nacoesunidas.org/vidasnegras/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/> Acesso em: 29 de junho de 2018.

O foco deste trabalho é o racismo institucional que vitimou uma mulher negra, auxiliar de serviços gerais, Claudia Silva Ferreira, em 2014, que morava no Morro da Congonha, no Rio de Janeiro. Partindo do olhar sobre a mídia, foram analisados 136 textos jornalísticos online com o objetivo de compreender como o jornalismo virtual abordou o caso.

Portanto, o objetivo dessa dissertação é investigar como o jornalismo online tratou o caso de Cláudia a partir da ótica do racismo institucional. Para tanto, buscamos contextualizar a trajetória do protagonismo das mulheres negras no Brasil e as discriminações que, desde a escravidão, foram obrigadas a enfrentar. No capítulo I, essa discussão está posta a partir da história de seis negras, entre escravizadas e livres.

No capítulo II, o panorama da institucionalização do racismo na mídia foi exposto no intuito de discutir a imersão e dimensão dessa prática violenta na comunicação e nas mais diversas áreas sociais, como a política. Analisar o comportamento do racismo na sociedade brasileira e comparar com outras nações, a despeito dos Estados Unidos da América, é observar as causas desse fenômeno e dimensionar o quanto ele afeta a sociedade do mundo inteiro. Nesse capítulo, a proposta de discutir o racismo nesses espaços proporciona uma melhor compreensão de suas consequências na forma institucional.

Por isso, no capítulo III, o conceito, os desafios e as consequências do racismo institucional foram contextualizados, bem como os avanços dos movimentos sociais antirracistas para amenização e eliminação dessa prática ao longo dos anos.

No capítulo seguinte, o agendamento da mídia e os enquadramentos que ela possibilita foram estudados para compreensão desse tipo de violência no imaginário social e coletivo dos brasileiros. Para tanto, a Teoria do Imaginário foi discutida a partir dos estudos de Gilbert Duran, o que auxiliou nesse processo de investigação. Em seguida, o percurso metodológico é explicitado através do método Análise de Conteúdo, assim como seu conceito e sua aplicação.

Por fim, no último capítulo, são analisados os resultados a partir das discussões acumuladas nos capítulos anteriores, tendo o racismo institucional como causa da morte de Cláudia Silva Ferreira e a compreensão da sua relação com o jornalismo online.

2. MULHERES NEGRAS: PROTAGONISTAS HISTÓRICAS

*Luiza Mahin
Chefa de negros livres
E a preta Zeferina
Exemplo de heroína
Aqultune de Palmares
Soberana quilombola
E Felipa do Pará
Negra Ginga de Angola
África liberta
Em suas trincheiras
Quantas anônimas
Guerreiras brasileiras!
(Oliveira Silveira, 1985)*

Na adaptação musicada da poesia “Salve a mulher negra”, do poeta Oliveira Silveira, apresentada no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (1985), em Bertioga/SP, que abre este capítulo, poderia ter o nome de Cláudia. Ela foi uma trabalhadora anônima que ganhou notoriedade nos veículos de comunicação por alguns meses. Infelizmente a dor de sua família não pode ser lida nas notícias nem sentida nos vídeos que vazaram de sua morte truculenta. A única coisa que lemos e sentimos foi o assassinato de mais uma mulher negra no país, ainda que sua cor tenha sido omitida nos principais jornais brasileiros.

Cláudia Silva Ferreira, conhecida como Cacau, era uma mulher negra, mãe de quatro filhos e criava mais quatro sobrinhos com idades entre cinco e 18 anos. Ela morava no Morro da Congonha, zona norte do Rio de Janeiro. Todos os dias, Cláudia saía cedo de casa para trabalhar num Hospital, no qual exercia a função de auxiliar de serviços gerais. Tinha amigos, marido, filhos, sobrinhos, irmãos e colegas de profissão. Exercia seu trabalho arduamente para manter a educação dos oito filhos. Ela era conhecida por seu altruísmo e alegria. Sempre organizava festas na comunidade, como o aniversário de seus filhos, por exemplo.

Figura 1. Cláudia com seus colegas de trabalho do Hospital

Fonte: Imagem retirada do arquivo da Folha Online.

Figura 2. Família de Cláudia

Fonte: Mariucha Machado, do site G1.

Pouco se conhece sobre sua vida, pois apenas sua morte ganhou destaque na imprensa nacional, não na editoria de cotidiano, mas nas notícias sensacionalistas de cunho violento. Cláudia, enquanto viva, representa a realidade de muitas negras brasileiras. Aquela mulher trabalhadora, que cuida da casa, dos filhos e mantém um emprego com maestria para preservar a educação e dignidade da sua família. Na condição de morta, ela representa um Brasil racista que teve um aumento de 54% de homicídios de negras em 10 anos, de acordo com dados do Mapa da Violência 2015.

Era domingo, dia 16 de março de 2014, quando os filhos de Cláudia a viram pela última vez. Ela saiu para comprar pão e mortadela e ao chegar numa curva do Morro, encontrou policiais do 9º BPM do Rio que dispararam dois tiros ao vê-la. Cláudia cai, e logo os moradores vão ao local para entender o que havia ocorrido. Os policiais jogaram o corpo de Cláudia, ainda viva, no porta-malas da viatura e seguiram dizendo que a levariam para o hospital. Ao passarem na Estrada Intendente Magalhães, no sentido Marechal Hermes, na zona norte, o porta-malas se abriu e o corpo de Cláudia caiu, ficando pendurado pela tranca da porta. Ela fora arrastada por 350 metros. As pessoas na rua e nos veículos acenavam, mas os policiais supostamente não perceberam nada. Somente após os 350m eles pararam a viatura e a colocaram de volta no porta-malas.

Figura 3. Cláudia sendo arrastada



Fonte: Captura de tela da notícia do site EXTRA

Ao chegarem ao hospital, o marido de Cláudia logo percebeu os ferimentos na pele, que descreveu como “feridas na carne viva”. Cláudia já chegou morta ao hospital, e o laudo da perícia provou que ela morreu devido aos tiros disparados pelos policiais. Em suas primeiras versões, os três homens envolvidos, os subtenentes Adir Serrano Machado e Rodney Miguel Archanjo e o sargento Alex Sandro da Silva Alves, afirmaram que atiraram porque houve um confronto com traficantes. No entanto, o laudo comprovou que os tiros disparados vieram da direção dos policiais. Em seguida, eles alegaram que ela estava levando café para os traficantes. Essa versão não foi comprovada. Eles alegaram também que Cláudia fora colocada no porta-malas porque o banco de trás estava com armas.

Hoje, três anos após a morte de Cláudia, os policiais estão soltos, nenhum deles foi julgado e, por isso, não há sentença. É importante destacar que ao longo das notícias de alguns jornais é ressaltado o histórico violento dos policiais envolvidos e da corporação como um todo. A área de atuação do 9ºBPM é uma das mais violentas da cidade do Rio

e abrange 17 bairros da zona norte. Esse batalhão registra 30 mil ocorrências por ano². Além disso, dois dos policiais envolvidos na morte de Claudia têm, no histórico, registros de homicídios decorrentes de intervenção policial, segundo a Polícia Civil. O subtenente Adir Serrano Machado consta como autor em 13 homicídios; enquanto o subtenente Rodney Miguel Archanjo tem três registros de homicídio.

A história de Cláudia pode ser confundida com a de outras mulheres negras brasileiras, tanto da contemporaneidade como do passado, que foram mortas não por resistirem, mas por serem negras, pobres e moradoras de locais à margem da sociedade. Características essas que coincidem com as histórias de Dandara, Zeferina, Aqualtune e tantas outras que habitavam as favelas do século XVII, que foram perseguidas pelos capitães do mato.

2.1 Contexto histórico da situação da população negra após a assinatura da Lei Áurea

Florestan Fernandes (2007), em seu livro “O Negro no mundo dos brancos”, evidencia que após o período de escravidão no Brasil, com a assinatura da Lei Áurea, em 1888, a situação dos homens e mulheres negras continuou desumana. O Governo brasileiro não assegurou a inserção dessa população na sociedade. Pelo contrário, o pós-abolição era o momento de efervescência da industrialização e os espaços de trabalho estavam sendo ocupados pelos imigrantes europeus brancos que foram trazidos ao país no intuito de branquear a população e, concomitantemente, porque eles eram dotados de conhecimentos intelectuais, enquanto os negros e negras seguiam desorientados, sem estudos, sem mercado de trabalho, vivendo à margem dessa sociedade. Eles passaram a ser incorporados através de atividades subalternas, estando 70% da população negra economicamente ativa inserida no trabalho doméstico, tendo em vista que para o mercado qualificado não havia espaço para os ex-escravos.

O Brasil, nessa época, adotou uma política de importação de mão de obra estrangeira, pois havia uma forte valorização dos alemães, holandeses, portugueses, enfim, mão de obra branca, enquanto a população negra ficava invisibilizada. Com isso, só lhes restou ocupar os espaços manuais de baixos níveis de rendimento e na maioria das

² Informação retirada na notícia “O histórico de violência do Batalhão de policiais que arrastaram Cláudia”, disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/o-historico-de-violencia-do-batalhao-de-policiais-que-arrastaram-claudia> Acesso em: 06 de julho de 2017

vezes as mesmas atividades, no caso das mulheres, passando de escravas libertas a empregadas domésticas, representando, assim, a base do funcionamento da Casa Grande.

Vale ressaltar que as mulheres negras enfrentavam uma tripla situação de discriminação na sociedade pós-abolicionista: eram mulheres, negras e pobres. Enquanto escravizadas, eram obrigadas a ceder seus corpos para todas as formas de exploração. Eram cozinheiras, amas de leite, babás, domésticas, saco de pancadas das senhoras brancas e amantes dos senhores da Casa Grande. Foi nesse contexto social que se originou a miscigenação brasileira, fruto escancarado do estupro da mulher negra. No pós-abolição, não existiam muitas opções para elas. Algumas continuaram nas fazendas de seus ex-senhores, enquanto outras tentavam ganhar a vida e resistir à exploração através do trabalho autônomo como quituteiras, por exemplo.

2.2 Exploração do corpo e resistência negra feminina

Na condição de escravizadas, a exploração de seus corpos tanto socialmente, no âmbito do trabalho escravo, como sexualmente, enquanto amantes forçadas dos senhores, as mulheres negras buscavam alternativas para enfrentar esse abuso que consideramos formas de resistência ao sistema.

No dicionário Aurélio³, resistência significa “Força por meio da qual um corpo reage contra a ação de outro corpo” ou ainda “Delito que comete aquele que não obedece à intimação da autoridade”. É comum relacionarmos o ato de resistir à força ou violência. No entanto, o sentido que empregamos a essa ação nesta dissertação, em comunhão conceitual com os movimentos sociais negros, é pensar a resistência como as diversas ações que a população negra encontrava para se opor ao cerceamento de sua liberdade, sem necessariamente fazer uso da violência contra os senhores.

A crueldade com que os africanos eram trazidos ao Brasil, bem como as alternativas para os manterem aqui e nos navios negreiros eram desumanas. Baquaqua (1854), o único africano escravizado no Brasil a publicar uma autobiografia, narra em seu livro as sensações e todas as formas de violência que sofreu em sua trajetória escravista. Através de seus relatos é possível sentir as brutalidades as quais os negros eram submetidos, sem distinção de gênero.

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres de outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos

³ Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/resistencia>>. Acesso em: 11 Jun. 2017

obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundice daquele lugar horrível nunca serão apagadas da minha memória. (...) Quando qualquer um de nós se tornava rebelde, sua carne era cortada com faca e o corte esfregado com pimenta e vinagre para torná-lo pacífico (!) (Baquaqua, 1854, apud Lara, 1988a, p. 271)

Esses maus tratos tinham como reação por parte dos negros a desobediência às ordens dos senhores, os furtos, as fugas, a embriaguez por uso de drogas ou de bebidas alcóolicas, entre outras, como continua sendo narrado por Baquaqua:

Meus companheiros de cativeiro não eram tão constantes quanto eu, sendo muitos dados à bebida, e, por isso eram menos rentáveis para o meu senhor. Aproveitei disso para procurar elevar-me em sua opinião, sendo muito prestativo e obediente, mas tudo em vão; fizesse o que fizesse, descobri que servia a um tirano e nada parecia satisfazê-lo. Então comecei a beber como os outros, e assim éramos todos da mesma laia, mau senhor, maus escravos. (Baquaqua, 1854, apud Lara, 1988a, p. 269)

É necessário pensar as formas com as quais essas pessoas negras eram tratadas nesse período para entender a evolução das estratégias de resistência ao longo dos anos. A bebida, as revoltas, os assassinatos, tentativas de suicídio e tantas outras atitudes contrárias às ordens dos senhores foram as alternativas que as pessoas negras encontraram para não comungar com esse sistema desumano e tentar conseguir sua liberdade, de acordo com suas lógicas.

Da mesma maneira, as mulheres também resistiam. É importante frisar que os senhores de pessoas escravas não estavam interessados, tampouco preocupados, com a vida de seus servos. Pelo contrário, o que lhes importava era a força produtiva. Por isso, na questão crucial com relação às mulheres escravas que é a sexualidade, pouco importava a reprodução e a vida sexual delas. Prova disso é que as negras não tinham a menor assistência quando estavam grávidas.

Assim uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório, e com respeito aos filhos, a esses nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos, e não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas visto que teria de dedicar-se ao filho (SILVA, 2010, p. 03).

Essa falta de assistência e grande evidência de exploração sexual, moral, psicológica, gerava um sentimento de revolta nas mulheres escravas que as levava a tomar medidas drásticas que também denotam a resistência a esse sistema porque visavam o fim

do cerceamento de sua liberdade e a conquista de um espaço e uma vida social digna. Portanto,

não seria descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava seja às péssimas condições oferecidas a procriação, seja ainda a inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão. (GIACOMINI, 1988, p.26)

Rocha (2001) evidencia vários casos na Paraíba da truculência dos senhores contra as mulheres negras em busca de explorá-las sexualmente. Esses relatos enfatizam a realidade de uma escravidão que não é conhecida socialmente, pois estamos acostumados a saber apenas, e sem desmerecer, casos de homens negros sendo torturados. As mulheres eram estupradas e ainda obrigadas a se separarem de seus filhos para não atrapalhar o seu rendimento produtivo, e muitas vezes viam seus filhos recém-nascidos serem assassinados.

Um exemplo ilustrativo e dramático da violência contra as cativas ocorreu em Souza município do sertão, em 1881, quando um senhor de escravos – o Tenente Antonio José de Sá Barreto – se esmerou em molestar as suas escravas e os filhos destas. A primeira a conhecer a “atmosfera do inferno” foi a escrava Josepha, mãe de três crianças (Vicente, Isabel e Maria), todas mortas em decorrência da truculência de tal senhor (ROCHA, 2001, p. 5).

Ademais, os senhores patriarcais mantinham as negras que escolhiam como as mais bonitas, dentro da própria Casa Grande para serem suas escravas sexuais. Porém, a violência não era executada apenas pelos senhores. As Sinhás que não admitiam tal situação violentavam e torturavam as negras estupradas.

A ideologia corrente que associava a negra ao prazer sexual do branco, identificando em seu corpo agente de estupro institucionalizado, fez recair também sobre a escrava, como se não bastasse a objetificação sexual, inconfessáveis sentimentos de inveja das senhoras (GIACOMINI, 1988, p.79).

Para eles, o corpo da negra despertava desejo, pois elas estavam sempre com o corpo modelado devido à rotina intensa de trabalho, enquanto as senhoras brancas estavam sempre cobertas de roupas e engordando devido ao sedentarismo. A negra representava o sexo, a traição, o desejo, a perdição, enquanto a senhora branca era pura, casta e santa. Esse imaginário dos homens da Casa Grande gerou consequências desmedidas e até mortes para as negras abusadas sexualmente. Freyre (1980) relata os casos de truculências cometidas pelas Sinhás:

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravas inermes, sinhás-moças que mandavam arrancar os

olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúmes ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina nas dentaduras de escravas ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou orelhas. Toda uma série de judiarias (FREYRE, 1980, p.337).

A violência contra as negras passava por todas as gerações da Casa Grande. Os filhos dos senhores, ainda na adolescência, eram incentivados a abusarem sexualmente das escravas no intuito de honrar a família. Era uma espécie de prestígio social e também uma forma de aumentar a riqueza, pois engravidar uma negra era sinônimo de mais uma mão de obra escrava com força produtiva, conforme descreve Freyre (1980, p. 372): “O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeheiro. Devorador de mocinhas. E que não tardasse em emprenhar negras. Aumentando o rebanho e o capital paternos”.

Além da exploração sexual, a mulher negra também tinha que deixar seu filho recém-nascido de lado para amamentar os filhos da senhora branca. Por isso, a escrava era considerada a ama de leite, tendo que priorizar a vida dos filhos dos senhores, em detrimento dos seus, tornando-se a mãe preta, cuidando, amamentando, higienizando, enfim, realizando todas as obrigações de uma mãe.

Essa doação de seu corpo em tempo integral ao filho alheio acabou acarretando as mortes das crianças negras que ficavam sem nenhuma assistência, pois, segundo Giacomini (1988, p.57), “para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhôs implicava o abandono e a morte de moleques”. À negra lhe é vetado o direito de ser mãe, mesmo após ter gerado uma criança. O seu corpo é utilizado agora como fonte de alimentação para os filhos dos brancos, enquanto os seus morrem à mingua, com fome e desamparados.

Não obstante, outra tarefa para qual seu corpo era explorado era o cuidado com os afazeres domésticos. Mesmo antes do amanhecer as negras tinham que estar de pé em busca de deixar tudo pronto para quando os senhores acordassem. Desde lavar, passar, cozinhar, carregar lenha, até costurar e elaborar os vestidos luxuosos das sinhazinhas.

Além do esforço físico desgastante, as negras passavam o dia inteiro convivendo com mulheres brancas histéricas e estressadas as quais tinham como função apenas mandar e desmandar nas negras escravizadas, o que afetava também o desenvolvimento psicológico dessas últimas. Freyre (1980, p.60) evidencia que “uma dama da alta classe

no Brasil declarou que havia perdido inteiramente a sua saúde na interessante ocupação de repreender negrinhas, de que possuía algumas dezenas. E não conhecia que ocupação lhes dar a fim de evitar que vadiassem”.

O corpo da negra era construído no imaginário social da época como uma máquina a serviço da Casa Grande, sem direitos, sem assistência, sem vida. Apenas um corpo feito para produzir riquezas para os senhores de escravos. Prova disso foi a existência das negras companheiras, conhecidas como mucamas, que eram obrigadas a fazer companhia às crianças e adolescentes em todos os momentos, pois dificilmente as senhoras cuidavam sozinhas de seus filhos.

Elas tinham que brincar, contar histórias, ajudar as outras escravas, mas eram responsáveis por entreter os filhos brancos para garantir o sossego dos pais. Vale ressaltar que os filhos dos senhores de escravos também violentavam as mucamas, e muitos, ao chegarem à adolescência, aproveitavam para abusar sexualmente delas. Quanto às filhas, as mucamas eram as responsáveis por tudo, vestir, limpar, contar histórias, até mesmo levar e trazer recados dos namorados escondidos.

Outro tipo de exploração corporal que também vale evidenciar é que em tempos de crises financeiras, as negras que sabiam cozinhar quitutes eram obrigadas a vendê-los nas ruas e trazer todo o dinheiro para o senhor, enquanto ele e sua família ficavam em casa esperando o rendimento da negra quituteira. Isso significa que a escravizada precisava executar suas tarefas domésticas e ainda trabalhar fora para garantir o bem-estar financeiro e econômico dos senhores. Quando não eram obrigadas a vender quitutes, tinham que se prostituir para conseguir dinheiro.

Atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras e mulatas exploradas pelos brancos. Mas, admitida uma exceção ou outra, não foram senhoras de família, mas brancas desclassificadas, que assim exploravam as escravas. Às vezes negrinhas de dez e doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses com uma fome doida de mulher. E toda essa supraexcitação dos gigantes louros, bestiais, descarregava-se sobre mulequinhas; e além de supraexcitação, a sífilis; as doenças do mundo - das quatro partes do mundo; as podridões internacionais do sangue. (FREYRE, 1980, p. 449)

Contudo, as mulheres negras que conseguiam conquistar sua liberdade desempenharam um forte papel social nesse processo, exercendo posições de liderança nos movimentos de ex-escravos bem como sendo agentes ativos na movimentação da economia local, pois faziam de seus dotes culinários uma forma de sobrevivência econômica e estratégia social.

2.3 Mulheres Negras Líderes

Nesse processo constante e difícil de desconstrução do machismo na sociedade, as mulheres negras protagonistas de suas épocas foram e são invisibilizadas. De um lado temos o machismo que projeta apenas os heróis masculinos e do outro, o racismo, que destaca apenas mulheres brancas. Porém, neste item, será discutido o protagonismo das mulheres negras escravizadas e livres que desempenharam um papel importante de liderança contra o sistema escravista. A história de cinco mulheres será abordada, sendo quatro citadas no poema musicado que abre este capítulo e a última sendo uma guerreira que ainda é conhecida sob a sombra de seu marido.

No Brasil existiram quilombos em várias regiões. Atualmente existem 2890⁴ comunidades remanescentes de quilombos. Essa era uma das grandes formas de resistência durante a escravidão, pois o quilombo se configurava como um espaço de organização política e afirmação identitária.

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos. (MOURA, 1981, p. 12-13).

O Quilombo dos Palmares, considerado um dos maiores do país e com um grande poder de organização política, situava-se em Alagoas e foi o local onde viveu Dandara, esposa de Zumbi. Durante o período colonial do Brasil, no século XVII, Dandara era tão fundamental quanto seu marido no sentido de lutar contra o sistema escravista e em prol da liberdade de todos os escravos, liderando homens e mulheres e lutando com armas.

Ela não limitou sua atividade apenas aos serviços domésticos e na produção da farinha de mandioca, na lavoura. Dandara caçava e lutava capoeira, além de empunhar armas e liderar as falanges femininas do exército negro de Palmares. Sua história é cercada de incertezas e não se tem registro sobre sua imagem. A sua origem não é

⁴ Informação retirada do site oficial da República Federativa do Brasil, atualizada em janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/fundacao-palmares-certifica-29-comunidades-quilombolas>> Acesso em: 14 de junho de 2017.

revelada, mas Dandara foi mãe de três filhos e peça fundamental na construção socioeconômica, política e familiar de Palmares. O seu maior ato de resistência foi em fevereiro de 1694 quando ela se suicidou para não se entregar ao sistema escravista e voltar a ser escravizada.

Assim como Dandara, Aqualtune também liderou o quilombo dos Palmares. Ela era filha de um rei do Congo e foi trazida para o Brasil sendo obrigada a ter relações sexuais com um escravo no intuito de garantir mais mão de obra para seu senhor. Numa de suas fugas, ela conseguiu, ao lado de seu filho Ganga-Zumba, dar origem a um quilombo, derivado de uma extensão de Palmares, que tinha o seu nome. Zumbi era sobrinho de Ganga Zumba, portanto, neto de Aqualtune.

A Preta Zeferina, em 1826, conquistou a liderança do quilombo Urubu, na Bahia.

Segundo o historiador João José Reis no livro *Rebelião Escrava no Brasil*, Zeferina foi presa, a muito custo, após um confronto com as tropas do governo do Conde dos Arcos. Seu perfil destemido e combativo lhe rendeu “elogios involuntários” por parte do presidente da província que se referia a ela como “rainha”. Em matéria publicada pelo jornal *A Tarde*, em 29 de março de 2008, a socióloga Vilma Reis ressaltou que ao ser presa e levada acorrentada para a Praça da Sé, a fim de servir de exemplo para outros insurgentes, “ela sempre esteve com a cabeça erguida. Os policiais estavam chocados com a altivez dela. Quando perguntam quem ela era, ela informou quem era, de onde veio e disse que estava ali para libertar o povo dela”. (GONÇALVES, 2011, p. 09)

Apesar dos poucos registros e dificuldades de acesso a história dessas mulheres, é importante perceber que elas se destacaram executando funções até então exclusivas dos homens, pois lutar e manusear armamentos não eram atividades socialmente aceitáveis para elas, logo não era comum, tendo em vista que as mulheres eram escolhidas apenas para afazeres domésticos e atividades na Casa Grande e lavoura. Com Maria Felipa não foi diferente. Ela participou das lutas pela independência na Bahia. Era uma mulher negra, pobre, vendedora de frutos do mar e também liderava um quilombo.

Marisqueira natural de Itaparica, Maria Felipa foi uma mulher de muita coragem e habilidade, que participou das lutas pela Independência na Bahia. Maria Felipa comandou cerca de 40 mulheres num ato de ousadia e muito desembaraço, onde queimaram 42 barcos da esquadra, permitindo ao povo de Salvador a supremacia nos embates e a definição da situação, com a vitória sobre as tropas da dominação Portuguesa. Conta-se ainda que, numa demonstração de irreverência e ousadia, ela e seu grupo seduziram dois vigias portugueses e quando estes estavam desnudos, usaram galhos de cansaço e deram uma surra em ambos. (GONÇALVES, 2011, p.12)

Já Luisa Mahin teve uma história diferente das demais, porém com a mesma garra e trajetória de luta e protagonismo. Ela era uma negra africana livre e quituteira. Não se tem registros que garantam a existência de Luisa Mahin, além dos documentos escritos

por seu filho, o poeta Luís Gama, um dos grandes precursores do abolicionismo no Brasil. Porém, Luisa entrou para a história como um dos grandes ícones femininos da resistência à escravidão no país.

Ponto de partida para o conhecimento acerca de Luiza Mahin, a trajetória de vida de Luiz Gama oferece elementos que permitem relacionar situações vividas pelo poeta a possíveis experiências vivenciadas pela mãe. Desse modo, parece que em determinados momentos as vidas de ambos encontram-se entrelaçadas pelas dificuldades enfrentadas e, conseqüentemente, pela superação dos obstáculos, o que caracteriza o perfil destemido atribuído à personalidade dos dois. Ele, dono de um senso de justiça invejável. Ela, uma revolucionária atuante na década de 1830, impaciente, irrequieta e incapaz de conformar-se com situações de injustiça. (GONÇALVES, 2011, p. 13)

Ainda baseado nos escritos de Luis Gama, sabe-se que Mahin teve participação no levantamento de escravos que teve a maior ressonância histórica na Bahia, o Levante dos Malês de 1835. Numa carta autobiográfica escrita por Gama em 1861 é possível perceber a personalidade e o protagonismo dessa negra:

Nasci na cidade de São Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da Rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. Sou filho natural de uma negra, africana, livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito (grifo nosso). Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos-minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada de malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela (MORAES, 2005, p.67).

Diante desse histórico, é possível perceber que as mulheres negras utilizaram das circunstâncias nas quais estavam inseridas para conquistar a sua liberdade e enfrentar um sistema que dominava o país e que estabelecia as regras para a sua convivência e de seus semelhantes.

Todas essas negras eram mulheres simples, que não tiveram acesso a escolas, universidades, mas que de acordo com suas lógicas, lideraram movimentos sociais de resistência e conseguiram transformar suas realidades. Esse exemplo de negra trabalhadora, sobrevivente e protagonista de seu meio estende-se até hoje nas favelas

brasileiras, nas universidades, nas escolas, no mercado de trabalho, a exemplo da personagem e objeto de estudo desta pesquisa. No entanto, os resquícios da escravidão tornaram-se obstáculos para que essas mulheres, bem como os homens, tenham acesso de forma igualitária a bens comuns que deveriam ser assegurados pelo governo, tendo em vista a constituição brasileira. Esses obstáculos são o racismo e seus desdobramentos que se naturalizaram na sociedade brasileira.

3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RACISMO NA MÍDIA

O racismo na televisão brasileira está presente desde a sua origem. Nas telenovelas, por exemplo, ao passo que os espectadores assistiam a uma grande atriz negra, Ruth Souza, eram obrigados a encarar um homem branco pintado de negro que protagonizava, ao lado de Ruth, a novela da rede Globo “A Cabana do Pai Tomás”, em 1969. A primeira protagonista negra só veio aparecer após 40 anos de existência da Rede Globo e foi interpretada por Tais Araújo, em 2004, na novela *Da cor do Pecado*.

A partir dos anos 80, podemos afirmar que houve uma lenta mas progressiva ascensão do negro na dramaturgia da teleficção. Mesmo assim, identificamos que em um terço das telenovelas produzidas pela Rede Globo até o final dos anos 90 não havia nenhum personagem afrodescendente. Apenas em outro terço o número de atores negros contratados conseguiu ultrapassar levemente a marca de 10% do total do elenco. Considerando que somos um país que tem uma população de cerca de 50% de afrodescendentes, essa é uma demonstração contundente de que a telenovela nunca respeitou as definições etnicorraciais que os brasileiros fazem de si mesmos. (ARAÚJO, 2000, p.980)

Mesmo em 2015, quando o país registrou a marca dos 54% de negros, a realidade de que trata Araújo (2000) continua a mesma. Em agosto de 2015, a Rede Globo começou a veicular mais uma novela no horário nobre que tinha o Morro da Macaca, no Rio de Janeiro, como principal cenário da trama. Escrita por João Emanuel Carneiro, a novela teve 167 capítulos e foi exibida em nove países. A história transita entre o Morro da Macaca, a zonal sul do Rio de Janeiro e a Barra da Tijuca, onde estão as mansões milionárias de uma pequena parte da população carioca, e girava em torno de seis personagens principais. E mais uma vez a falsa ideia de que somos um país de brancos foi retratada. Dos 55 atores que compõem o elenco dessa novela, apenas 12 são negros, e destes, oito são coadjuvantes, os outros quatro atuam como figurantes, mesmo que a maioria dos brasileiros que moram em favelas, de acordo com o último censo do Ipea, em 2010, sejam negros, e 40,1% das famílias que moram em favelas sejam chefiadas por homens negros.

Pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa – GEMAA⁵, divulgada em 2015, expõe que, em 20 anos, a realidade das novelas da Rede Globo é eurocêntrica. A amostra que é baseada em 101 novelas, exibidas de 1995 a 2014, conclui que 90% dos personagens são brancos, e 10% pretos ou pardos. Vale destacar também do estudo que o maior contingente de pessoas pretas e pardas, nas novelas que tinham menor

⁵ A Raça e o Gênero nas Novelas dos Últimos 20 Anos. Disponível em: < <http://gemma.iesp.uerj.br/infografico/infografico3/> > Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

participação de brancos, não excedia 31% do total. A desigualdade é ainda maior quando se consideram os protagonistas: 52% das novelas foram protagonizadas por atrizes brancas e 43% por homens brancos; 4% por mulheres negras e 1% por homens negros. Portanto, em 53 anos de existência, pouco se avançou com relação à participação e representação de pessoas negras nas telenovelas.

No cinema brasileiro, essa realidade é ainda pior: a sétima arte no Brasil é masculina e branca, de acordo com a pesquisa “A Cara do Cinema Nacional: perfil de gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros”, conduzida por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ), que analisaram os lançamentos brasileiros de maior bilheteria entre os anos de 2002 e 2012. O recorte estabelecido contemplou os 20 filmes que obtiveram maior bilheteria em cada ano, excluindo os documentários e os filmes infantis, o que totalizou um corpus de 218 longas-metragens. No levantamento, nenhum dos filmes foi dirigido por mulheres negras; os homens negros foram responsáveis pela direção de apenas 2% dos filmes. Entre os roteiristas, o abismo permanece: 74% eram homens, e 4% negros; e, mais uma vez, nenhuma mulher negra. Com relação a participação de atores e atrizes, apenas 31% dos filmes tinha atores negros, e destes apenas 4% eram atrizes negras.

Na indústria da propaganda, essa ausência não é diferente. No último mês de outubro, a Dove, mais uma vez, protagonizou um caso de racismo em seu anúncio de um sabonete líquido. Uma mulher negra aparece tirando uma blusa marrom, e logo em seguida aparece uma mulher branca vestindo uma blusa branca, dando a ideia de um “antes e depois” do uso do tal produto. O imaginário de que pessoas negras representam o ruim, o sujo, enquanto brancas representam o antônimo, só reforça o racismo naturalizado e predominante da indústria publicitária. O anúncio foi retirado e a empresa publicou nota de retratação. No entanto, os impactos que uma propaganda como essa gera em crianças, adolescentes e mulheres negras são incalculáveis e nem sempre resolvidos com um simples pedido de desculpas. A referida marca já havia se envolvido em casos de racismo no ano de 2011, quando colocou três mulheres lado a lado, cada uma com um tom de pele mais claro que a outra, e ao fundo colocou a palavra “antes” acima da mulher negra, com pele rachada, e a palavra “depois” acima da mulher branca, cujo slogan da campanha era “Pele visivelmente mais bonita”.

Ainda com relação à propaganda, estudo⁶ realizado em 2015 analisou a presença de negros na publicidade televisiva nos spots publicitários dos intervalos da novela “A Regra do Jogo”, durante 28 dias. Ao todo foram analisados 79 comerciais, destes apenas 24 tinham pessoas negras, e somente em quatro os negros eram protagonistas. É evidente que o racismo se institucionalizou na mídia e interditou os corpos negros, levando em consideração apenas os estereótipos. Essa falta de representação não repercute apenas nas identidades negras, mas também na circulação das marcas, já que o poder de consumo dessas pessoas não é levado em consideração.

No jornalismo, tanto como emissor quanto receptor, a população negra tem sido boicotada e vítima de racismo. Um dos episódios ocorridos na Rede Globo este ano, foi o protagonizado pelo jornalista William Waack, que teve um vídeo circulando na internet no qual momentos antes de entrar ao vivo no jornal que apresentava é surpreendido com a buzina de um carro, e comenta: “É preto, né? Sabe o que é isso? Coisa de preto.” A emissora afastou o jornalista até que os fatos fossem devidamente apurados. No entanto, não basta apenas afastar o profissional, se em sua prática cotidiana o racismo reverbera nos corredores da emissora de maior audiência no país. A mesma que possui em seu quadro de âncoras apenas dois jornalistas negros que são substitutos de brancos. Diante do histórico da Globo deve-se considerar o comportamento de Waack em sua coletividade, representando a instituição, pois se ele se manifesta dessa forma é porque, provavelmente, a Globo naturaliza esse tipo de comportamento. Um profissional com a mente do século XIX, jamais poderia ser um editor-chefe de um jornal noturno em 2017, na maior emissora televisiva do Brasil.

Se na mídia a negritude não tem representatividade, no cenário político essa realidade é ainda mais desastrosa. Em toda a história, enquanto república, o Brasil nunca elegeu um presidente negro. Em 1909, o país teve um presidente negro por ocasião da morte do presidente Afonso Pena. O seu vice, Nilo Peçanha, que era um homem negro, assumiu o governo federal por 17 meses. Inserido numa sociedade extremamente racista, Peçanha tentava esconder sua cor, e negava sua própria identidade. É importante lembrar, que, nessa época, não foram os negros que elegeram a chapa de Afonso Pena, tendo em vista que uma pequena parcela da população tinha direito ao voto. Analfabetos, que

⁶ GOLZIO, Derval; FRANÇA, Diego da Silva; SILVA, Edielson Ricardo. O negro na publicidade: análise dos comerciais dos intervalos da novela A Regra do Jogo, da rede globo de televisão. 2016, in: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anaais/nordeste2016/resumos/R52-0595-1.pdf> Acesso em: 04 de dezembro de 2017.

constituíam a grande maioria da população negra, não tinham direitos políticos e descendentes de escravizados não podiam votar.

Apesar da segregação explícita e do histórico de crueldades praticadas por seitas e legislações racistas, ao contrário dos brasileiros, os estadunidenses elegeram seu primeiro presidente negro em 2008, Barack Obama, e o conduziram ao poder novamente em 2012. Derivadas de contextos históricos distintos, as duas nações carregam o racismo enraizado em sua história e atualidade, porém é uma prática que se apresenta singularmente de acordo com a população.

No Brasil, é sabido que o racismo se desenvolveu de maneira diferente. O que está presente nas práticas sociais e nos discursos é um racismo velado, que ainda não é reconhecido efetivamente pelo sistema jurídico brasileiro. O discurso de igualdade e democracia racial consagrou essa prática característica do Brasil. Além disso, camuflar a hierarquização das raças num discurso social reforça esse racismo que se institucionaliza em práticas de agentes, entidades e instituições, como a “suspeição policial” que insiste em ter nos negros as suas vítimas prioritárias. A tentativa da abolição do termo raça, enquanto conceito social, também foi uma maneira de maquiagem o racismo latente, tendo como justificativa a ideia de que somos todos iguais.

Atualmente, apenas 18% dos representantes políticos da população brasileira são negros. De acordo com portal do Tribunal Superior Eleitoral⁷, 161 pessoas se candidataram ao cargo de governador, em 2014. Desses, 110 eram brancos e 51 negros. Vinte brancos e 6 negros foram eleitos. Ao senado, dos 112 brancos que se candidataram, 22 foram eleitos; para o mesmo cargo, 49 negros disputaram, e apenas cinco conseguiram se eleger. Para os cargos de deputado (estadual, federal e distrital), os números chamam ainda mais atenção: 1701 brancos se submeteram à disputa, e 1185 foram eleitos; apenas 384 negros venceram a disputa, dentre os 9274.

Já nas eleições de 2016, para os cargos de prefeitos e vereadores, houve um crescimento da participação de pessoas negras enquanto candidatas, mas não como eleitas. Para cargos de governante municipal, foram 10530 pessoas brancas candidatas, e 3895 eleitas. Dos 5138 negros que disputaram, apenas 1604 saíram vitoriosos. Para a ocupação na câmara de vereadores, 222.217 pessoas brancas eram candidatas, e 33.057 foram eleitas; enquanto 212.106 negros disputaram, e somente 24.325 foram eleitos.

⁷ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>> Acesso em: 01 de junho de 2018.

Esses números comprovam que por mais que haja uma maior participação de pessoas negras nas disputas eleitorais, o número de eleitos continua menor. Isso é resultado de séculos de racismo, preconceito e discriminação no Brasil. Constata-se, portanto, que o número de candidaturas de pessoas negras não influencia na eleição do candidato. A tese de doutorado de Osmar Teixeira Gaspar (2017) que retrata a situação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e da Câmara Municipal de São Paulo em relação à representatividade negra em cargos políticos, trouxe à tona mais um entrave causado pela escravidão: os candidatos negros que conseguem se eleger possuem grandes dificuldades para permanência no mandato devido a maioria possuir escolaridade incompleta e pouca estrutura financeira.

Essas raízes escravistas que predominam no cotidiano brasileiro trazem uma importante reflexão acerca da diáspora da mídia no cenário das relações raciais. Nos Estados Unidos, seriados e filmes protagonizados por pessoas negras são uma realidade desde 1970. No Brasil, as séries com protagonistas negros são muito recentes, datam da última década: na TV Globo, *Antônia* (2006), *Subúrbia* (2012), *Sexo e as negas* (2014) e *Mister Brau* (2015). Como exposto acima, os processos de racismos existentes entre Brasil e Estados Unidos são diferentes, enquanto o primeiro exprime um racismo velado, o segundo releva o racismo na sua forma mais explícita separando negros dos brancos nos espaços sociais.

Nos EUA, por exemplo, a Ku klux klan pode ser considerada um dos maiores símbolos do racismo norte americano. Na defesa da manutenção da supremacia branca no país, a KKK promovia atos de violência no intuito de eliminar os negros do país. No Brasil, não houve nenhum tipo de movimento nesse sentido para além da escravidão. Aqui o racismo se instaurou de maneira subjetiva e perversa, através de uma suposta democracia racial. O fato é que o racismo praticado pelos estadunidenses fez com que os negros se organizassem, o que foi decisivo para a derrubada de anomalias como as leis segregacionistas.

Esse contexto histórico e social refletiu nos produtos midiáticos de ambas as nações. No Brasil, a negritude se viu representada de forma estigmatizada, mostrando os negros completamente estereotipados. Vale salientar que a mídia brasileira traz o negro sob perspectivas variadas que merecem uma análise mais minuciosa. De acordo com Oliveira (2011), uma das classificações do estereótipo da negritude é o de minoração, o qual apresenta em cena a pessoa negra solitária ou única, cercada de pessoas brancas. Sua aparição é reduzida, dando a ideia de que não há representação, de que são

quantitativamente desconsideráveis. É o caso, por exemplo, da novela “Segundo Sol”, que estreou na Globo no mês de maio deste ano. Dos 26 nomes que participam do folhetim, apenas três são negros. No entanto, o que torna esse um estereótipo de minoração é o fato da novela se passar na Bahia, onde 76% da população é negra, de acordo com o IBGE, completamente desproporcional ao que a mídia exibe na novela. “Segundo Sol” é dirigida pelo mesmo diretor de “A regra do Jogo”, novela citada nesta pesquisa, que se passava numa favela no Rio de Janeiro e tinha seu núcleo majoritariamente branco.

Martins e Silva (2011) explicam que o negro também é retratado como o artista, ligado a atividades carnavalescas, futebol, um corpo feito para o prazer de outro, um objeto sem personalidade, sem identidade. Essas são as características do estereótipo do negro lúdico. Durante muitos anos, o Mussum representou esse tipo de estereótipo. Na internet, ele continua sendo o negro sem vida, reproduzido como chacota, através de montagens de imagens nas redes sociais. É importante entender que no Brasil do tempo dos Trapalhães, seriado em que Mussum era um dos personagens principais, a população negra não tinha acesso a educação superior como nos tempos do governo do PT. A população negra nessa época era a maioria nas ruas, nos grupos de jovens abandonados, nos morros, nas cadeias.

Outro estereótipo comum é nomeado por Perez (2011) como guetização. Este se constitui na ideia de que o negro não faz parte da sociedade, configurando-se num consumidor único, à parte, excluído da produção de consumo. A população negra funciona para ela mesma, não consome os mesmos produtos dos brancos. Os negros são anunciantes de produtos voltados apenas para eles. É como se anunciar um produto alimentício com um personagem negro, indicasse que aquele produto só pode ser consumido por negros. As propagandas de xampu para cabelos crespos e cacheados, por exemplo, são inteiramente voltadas para as mulheres pretas, como se apenas elas tivessem determinadas características. Apesar da inclusão, nesse sentido, há a estereotipia.

No estereótipo do negro luxurioso (MARTINS, 2011; BAIRON, 2011), a singularidade está na objetificação do corpo negro, na erotização do corpo da mulher negra, por exemplo. A própria Globeleza é um exemplo constante desse tipo de estereótipo. Expondo o seu corpo nu, apenas com os seios e a região da vagina pintados, a personagem, além de ser lembrada como símbolo característico do carnaval, é representada apenas pelo corpo exuberante, magro e hipersexualizado.

Bairon (2011) traz mais uma classificação para a representação dos negros quando analisa a exposição da “brasilidade”, a ideia de paraíso tropical, a venda da imagem do Brasil como sendo uma verdadeira democracia racial. Esse estigma pode ser considerado um dos que mais prejudica a luta antirracista, pois ele reforça que não há racismo no Brasil, pois considera que há uma democracia entre as raças.

A imagem do negro pobre, carente, é uma representação bastante comum e denota um indivíduo, segundo Martins (2011), desintegrado da sociedade, reforçando a imagem de que negros são inferiores. O fato do negro ser constantemente apresentado com essas características revela a noção limitada de que não existem negros com condições financeiras equilibradas, de classe alta, mesmo que seja a minoria no país.

O negro lúgubre é um estereótipo classificado por Silva (2011), que se constitui no criminoso, no indivíduo que representa perigo à sociedade. Esse estereótipo está representado numa parcela dos grandes clássicos da sétima arte brasileira, quais sejam: Tropa de Elite, Cidade de Deus, entre outros.

Por fim, nota-se que a mídia exerce um papel decisivo na prática antirracista, que, de acordo com o contexto histórico do país, traz ainda uma negritude estigmatizada, reforçando as práticas da elite racista brasileira. Todos esses produtos imagéticos reverberam no imaginário social coletivo e trazem grandes riscos para a continuidade da institucionalização do racismo na mídia.

4. RACISMO INSTITUCIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS

A escravidão deixou profundas marcas e prejuízos para a população negra brasileira. Sendo o último país a abolir a escravidão, o Governo brasileiro não se preocupou em reintegrar as pessoas à sociedade capitalista, ficando a negritude na subalternidade social. Os negros e negras libertos tornaram-se marginalizados no mundo rural e urbano até os dias atuais. Esse processo trouxe grandes impactos para essa população, pois, atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, de acordo com o estudo Atlas da Violência⁸, publicado em 05 de junho de 2017.

A disparidade salarial entre brancos e negros é uma das maiores provas do racismo institucional. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2016, mostram que dos 90,3 milhões de pessoas empregadas 41,7 milhões se declararam de cor branca (46,2%), 39,6 milhões de cor parda (43,9%) e 8,1 milhões de cor preta (8,9%). Ainda de acordo com esse estudo, a renda média real recebida pelas pessoas ocupadas no país foi estimada em R\$ 2.043,00. “O rendimento dos brancos era de R\$ 2.660,00 (acima da média nacional), enquanto o dos pardos ficou em apenas R\$ 1.480,00 e o dos trabalhadores que se declaram pretos esteve em R\$ 1.461,00”⁹.

Se fizermos um recorte de gênero, a situação é ainda pior. De acordo com o estudo *Violência Contra a Mulher: Feminicídios no Brasil*¹⁰, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o feminicídio contra negras aumentou 54%, sendo que a porcentagem de mulheres brancas mortas de forma violenta diminuiu 9,8%, segundo o Mapa da Violência de 2015. Por fim, as negras registram um aumento considerável na porcentagem da população carcerária nacional e por região.

Esse abismo entre pessoas brancas e negras nos mais diversos setores sociais revela o racismo existente e naturalizado no país. Afinal, após o conhecimento desses dados e dos frequentes relatos de discriminação racial presentes na internet, nas rodas de

⁸ Atlas da Violência, 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em: 24 de junho de 2017.

⁹ IBGE: Desemprego é de 14,4% entre negros; 14,1% entre pardos; 9,5% entre brancos. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2017/02/epoca-negocios-ibge-desemprego-e-de-144-entre-negros-141-entre-pardos-95-entre-brancos.html>> Acesso em: 25 de junho de 2017

¹⁰ Violência contra a mulher: feminicídio no Brasil. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2016.

diálogo, nos estudos e discussões sociais não há outra justificativa para essa marginalização e genocídio da população negra brasileira. Conceituar racismo não é uma tarefa fácil, tendo em vista que o termo raça deriva de uma discussão política, não mais biológica. O racismo de tão enraizado e naturalizado também tem sua complexidade e, portanto, é difícil um conceito unânime entre os pesquisadores. No entanto, nesta pesquisa comungaremos com o conceito de Munanga (2004) e Gomes (2005) que identificam racismo como um conteúdo político-ideológico e comportamental.

Racismo é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos raciais humanos. É um conjunto de ideias e imagens vinculadas a grupos humanos, baseadas na existência de raças superiores e inferiores. O racismo individualizado manifesta-se por práticas discriminatórias de indivíduos contra outros indivíduos. O racismo institucional está presente, por exemplo, no isolamento dos negros (as) em determinados bairros, escolas e empregos. Também está presente no currículo escolar e nos meios de comunicação. (MUNANGA, 2004, p.08)

É importante pensar o racismo também como um comportamento social derivado do nosso imaginário, tendo em vista que o processo de escravidão em nosso país criou uma série de arquétipos que ainda permanecem no imaginário coletivo social. Conforme descreve Gomes (2005, p.52):

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira.

Dessa forma, segundo Hélio Santos (2001, p. 85), o racismo parte do pressuposto da “superioridade de um grupo racial sobre outro” assim como da “crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios”. Gomes e Munanga além de conceituarem o racismo, o classificam em duas vertentes: o individual e o institucional.

Pensar o racismo que se legitima pelas ações, ou melhor, omissões de instituições públicas e privadas é reconhecer os interesses e mecanismos de exclusão dos grupos racialmente dominantes. O racismo institucional se manifesta em diversas áreas da sociedade como no mercado de trabalho, na mídia, na saúde, e se consolida como o não acesso da população negra a determinados direitos e serviços em detrimento de outros grupos raciais dominantes.

Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22).

O racismo institucional é desencadeado quando as estruturas e instituições, públicas e/ou privadas de um país, atuam de forma diferenciada em relação a determinados grupos em função de suas características físicas ou culturais. Ou quando o resultado de suas ações é absorvido de forma diferenciada por esses grupos. É, portanto, o racismo que sai do plano privado e vai para o público. O governo, ao não dar a devida visibilidade às desigualdades raciais existentes na sociedade, ao não ter uma política explícita de combate ao racismo, colabora para a sua institucionalização.

O branqueamento pós-escravidão no Brasil é uma nítida demonstração de racismo institucional naquela época. O Governo brasileiro preferiu deixar a população negra às margens sociais, sem nenhum tipo de investimento em educação para qualificá-los rumo ao ingresso no mercado de trabalho, para importar mão de obra branca europeia, deixando essas pessoas sem a mínima condição de disputar as vagas de emprego e contribuindo para a exclusão e a desigualdade racial. Atualmente, também é possível constatar diversas formas de racismo institucional legitimadas pelas instituições governamentais. Vale ressaltar a relação da polícia militar com a população negra como exemplo. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015)¹¹ revelam que os registros de mortes decorrentes de intervenções policiais tiveram um aumento dramático em 2014, da ordem de 37%, em relação a 2013. Um total de 3.022 pessoas foram mortas pela polícia no ano de 2014, ou seja, uma média de oito pessoas por dia, e Cláudia foi uma delas. É essa relação que propicia a existência do racismo institucional.

O estudo da Anistia Internacional¹², feito com dados entre 2010 e 2013, mostra que em 79% dos casos de resistência à prisão e morte em confronto com a polícia, as vítimas são negras. O termo “resistência” refere-se à ação de não aceitar as recomendações da polícia por meio de força, o qual não significa o sentido que adotamos ao longo dessa pesquisa, tendo em vista que usamos “resistência” como uma forma de

¹¹ Anuário Brasileiro de Segurança Pública, edição 2015. Disponível em: < http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf > Acesso em: 05 de julho de 2016.

¹² Anistia diz que negros são principal alvo da PM. Disponível em: < <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-12-06/anistia-diz-que-negros-sao-principal-alvo-da-pm.html> > Acesso em: 26 de junho de 2017

empoderamento racial e social. Nesse caso, a impunidade é um dos grandes colaboradores para a perpetuação do racismo institucional no âmbito das forças de segurança, pois segundo o estudo supracitado, das 220 investigações sobre homicídios cometidos por policiais abertas em 2011, houve, até 2015, somente um caso em que um policial foi indiciado. Em abril de 2015, 183 dessas investigações continuavam abertas. O caso de Cláudia, até o presente momento, também está impune.

Quanto à abordagem da instituição policial, é ainda mais evidente e recorrente o imaginário coletivo racista. Prova disso foi o caso do ator Vinícius Romão preso pela polícia militar no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2014, por um suposto roubo.

A vítima, Dalva da Costa Santos, encontrada por uma viatura policial nervosa e chorando em um ponto de ônibus, foi levada pelos policiais, que no caminho cruzaram com Vinícius voltando a pé para casa após um dia de trabalho. Abordado pela polícia, ele teria sido reconhecido por Dalva. Na bolsa da vítima, além de celular, cartões de banco e documentos, havia 10 reais e um bilhete de ônibus. Desde então, talvez em razão de certa celebridade de Vinícius, mas também por uma campanha na internet liderada por amigos de Romão, o caso ganhou boa cobertura da grande mídia. (...) Segundo as fontes entrevistadas pelo jornal, nenhum objeto da vítima foi encontrado com o ator, que ademais estava trajado com roupas distintas daquelas usadas pelo verdadeiro assaltante, fato detectado por uma câmara de vídeo localizada no trecho em que aconteceu o assalto.¹³

Se Vinícius não estava usando os mesmos trajes do assaltante, nem portava nenhum dos objetos da vítima, o que fez com ele fosse levado até a delegacia e, posteriormente, detido? O que motivou a polícia militar a parar a viatura e abordá-lo? É, no mínimo, intrigante e revoltante o quanto o racismo no Brasil é naturalizado e tratado como uma realidade distante. Vinícius foi abordado, levado à delegacia e detido por 16 dias por herdar fenótipos africanos: ser negro, pobre e de cabelo crespo. Isso é o racismo institucional. Portanto, podemos afirmar que o imaginário racista da polícia influencia diretamente em sua abordagem cotidiana. E essa atuação tem natureza discriminatória, mesmo que não intencional, de organizações de grande escala ou sociedades inteiras, a qual está presente no sistema judiciário e na instituição policial do país. Vinícius Romão foi algemado no momento da detenção sem que apresentasse qualquer resistência e permaneceu por 16 dias aprisionado por um crime que não cometeu, única e exclusivamente por ser negro.

¹³ “Ação policial e racismo institucional no Brasil”, matéria publicada no Observatório da Imprensa por Pedro Jaime em 04/03/2014 na edição 788. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed788/acao_policial_e_racismo_institucional_no_brasil/ > Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

O racismo institucional afeta e influencia as instituições e dificulta o acesso da população negra a elas. A sociedade não discute racismo institucional porque os brancos saíram da história da escravidão com uma herança positiva, fruto do trabalho de três séculos dos negros. O Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente fora do continente africano. É o segundo país em população negra depois da Nigéria. Foi o país que mais importou africanos para serem escravizados. Portanto, a dívida para com o povo negro não é pequena e nem será sanada apenas com medidas emergenciais, como as cotas, por exemplo. É preciso reconhecer para enfrentar. O Brasil é um país racista e a sociedade precisa entender o racismo institucional como limitador do acesso à direitos e serviços que deveriam ser comuns a todos os seres humanos.

4.1 Reconhecer para enfrentar

O racismo é crime inafiançável e imprescritível. A jurisprudência brasileira tem uma lei específica e alguns artigos na constituição que tipificam tal conduta. A primeira lei a cuidar especificamente do preconceito e da discriminação racial foi a nº 1.390, de 3 de julho de 1951, denominada Lei Afonso Arinos, que por falta de eficácia, foi extinguida. Em seguida, aprovou-se a Lei 7.716/89 de Combate ao Racismo que tipifica 20 condutas, variando desde o impedimento ao acesso de pessoas aos cargos públicos até o impedimento de crianças e adolescentes à escola.

Com relação à inserção da temática na educação, existem as leis 10.639/03 e 11.645/03, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

A lei Federal 12.711/2012 de reserva de vagas para ingresso ao ensino superior também foi um avanço que possibilitou acesso à educação para jovens negros. O percentual de negros no nível superior mais que dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005, apenas 5,5% dos jovens negros e em idade universitária frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior, segundo pesquisa divulgada em 2016 pelo IBGE¹⁴. No entanto, a medida não é suficiente para estabelecer a igualdade, pois se comparado com os não negros, o número equivale a

¹⁴ Percentual de negros em universidades dobra, mas é inferior ao de brancos. Notícia veiculada no site <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-12/percentual-de-negros-em-universidades-dobra-mas-e-inferior-ao-de-brancos> > Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, que eram 26,5% em 2015 e 17,8% em 2005.

Para o acesso ao ensino superior, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) aprovou, em 2015, o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação e tornou obrigatório o ensino da educação das relações étnico-raciais nos cursos de graduação. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais¹⁵ para a formação inicial em nível superior e para formação continuada, inserindo também as discussões sobre as relações étnico-raciais em seus currículos.

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão de educação, seus fundamentos e metodologia, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (Resolução n. 2, de 01 de julho de 2015).

Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial¹⁶ também representou uma conquista para a população negra e movimentos sociais. Composto por 65 artigos, o Estatuto trata de políticas de igualdade na educação, cultura, lazer, saúde e trabalho, além da defesa de direitos das comunidades quilombolas e dos adeptos de religiões de matrizes africanas. A Lei determina também a instituição do Sinapir (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial), “como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País” (art. 47º).

Na Paraíba, em 2010, instituiu-se a data de 21 de março como o dia Estadual de Luta contra o Racismo. Além disso, a lei 9.229/2010 instituiu o 25 de julho como dia Estadual da Mulher Negra para valorização da memória e cultura negras e também como preservação da memória da heroína Gertrudes Maria¹⁷. Em 2017, foi promulgada a lei

¹⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para formação continuada (Resolução n. 2, de 01 de julho de 2015). Disponível em: < <http://ced.ufsc.br/files/2015/07/RES-2-2015-CP-CNE-Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-inicial-em-n%C3%ADvel-superior.pdf> > Acesso em: 03 de janeiro de 2018.

¹⁶ BRASIL. Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

¹⁷ “Em um universo social predominantemente branco e masculino, desfavorável à mulher, sobretudo, aos/as negros/as e escravizadas/os, Gertrudes Maria, negra alforriada sob condição, que vivia na capital da Paraíba na década de 1820, entrou na justiça contra dois credores de seu senhor, que pediam sua comercialização em troca do pagamento de dívidas.” Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/gertrudes-maria-seculo-xix/> Acesso em: 23 de outubro de 2018.

que incentiva o empreendedorismo da população negra. A lei 11.008/2017 que institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Negras tem o objetivo de criar condições para aumentar a inclusão, a produtividade e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos liderados por negros no mercado. No mesmo ano, foi assinado um decreto pelo governo do Estado que criou a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa. Na Capital, João Pessoa, foi criado o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (COMPIR).

Na mídia, desde 2016, um movimento de jovens negros e negras tem ocupado espaços por apresentarem uma forte militância contra o racismo e estilos de vida marcantes na moda, música e ativismo político. “A geração tombamento” é uma iniciativa de jovens pretos e pardos e LGBTQs que lutam pela igualdade racial e de gênero mostrando que podem ser agentes de sua própria história.

O nome do movimento vem da gíria “tombar”, que significa “causar boa impressão de um jeito surpreendente”, também correspondendo a outras gírias como “lacrar” e “arrasar”. A expressão popularizou-se em 2015 com a música “Tombei”, da rapper Karol Conka, e, a partir de então, tem início na internet menções ao movimento chamando-o de “Geração Tombamento”, nome utilizado para caracterizar a formação de uma tendência que vem se popularizando nos últimos dois anos. O Tombamento surge em um panorama de ascensão social do negro no Brasil. O viés ativista desse movimento está relacionado a maiores reivindicações por espaços mais representativos, seja no mercado, nas universidades, na mídia, entre outros locais de afirmação subjetiva e de formação de sentido. São criadas, então, diversas formas de manifestação cultural, social, econômica e política que conferem destaque à narrativa histórica negra como, por exemplo, saraus, feiras, workshops, palestras, rodas de conversa, congressos e comemorações. (DOMINGOS; NOGUEIRA, 2017, p. 07).

Essa geração se consolida através da representação social, pois os jovens negros buscam referência de pessoas que usem, ajam e sejam aquilo que eles são: mulheres negras que amam seus cabelos, homens negros gays e heterossexuais que amam seus corpos, sejam eles gordos ou magros e que se reconhecem e reafirmam em todos os espaços a sua negritude. A Geração Tombamento reafirma sua identidade por meio de elementos da cultura popular afro-brasileira, de grupos africanos e demais países da Diáspora Africana, além de utilizar referências da cultura popular em geral, adotando novos significados para atender o contexto e vivência desses jovens. É um movimento que tem conquistado e consolidado seu espaço na internet e que já ganhou destaques em programas televisivos.

A rede Globo também tem tentado se redimir diante dos longos anos de invisibilidade e reforço de estereótipos da população negra quando começou a exibir a

novela “O outro lado do Paraíso”, tendo uma negra quilombola que de empregada passa a ser juíza de direito, por meio dos estudos. O racismo não é o tema principal da novela, tampouco os negros são maioria, no entanto, há que se considerar um avanço uma trama que trata diretamente sobre a temática.

Portanto, devemos ponderar os avanços e avaliar os retrocessos para que iniciativas como a geração tombamento, por exemplo, sejam amplas e se fortaleçam como um instrumento que viabilize a igualdade racial. Ao passo que há o reconhecimento do racismo institucional e do individual, há a mudança e a elaboração de políticas públicas efetivas para o enfrentamento. Porém, é necessário reconhecer para enfrentar.

5 INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS E O IMAGINÁRIO APLICADO À COMUNICAÇÃO: ENFOQUES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

5.1 Agendamento como mediador das relações sociais

No cenário midiático ocorre grande parte das relações raciais brasileiras, como explica Muniz Sodré (1999, p. 243), “a mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, [...] que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele”. Isto significa que a mídia também é responsável pela carga de repertório existente no imaginário social. Portanto, faz-se necessário discutir a repercussão do racismo institucional no jornalismo online, especialmente nos portais de notícias que são partes fundamentais na construção desta pesquisa.

A informação presente na mídia causa efeitos a longo e a curto prazo influenciando o comportamento social e sugerindo aos indivíduos representações da sociedade. Essa relação caracteriza a centralidade da mídia no espaço social. Thompsonn (1998) evidencia os meios de comunicação como formas de organização social, ao afirmar que “a informação cria um certo tipo de situação social através da qual os indivíduos estão conectados por meio de comunicação e de troca simbólica” (1998, p. 17). Partindo desse pressuposto, é possível perceber que as mídias, enquanto fenômenos sociais, alteram a percepção e influenciam o entendimento sobre o espaço público.

Walter Lippmann (1922) constrói a tese de que a mídia é a ponte até as nossas mentes, em termos de informação. Mccombs e Shaw (2000), considerando as observações de Lippmann, resolveram avaliar a influência das mídias nas atitudes e na opinião pública. É nesse estudo sobre os efeitos da mídia que esses dois teóricos elaboram a Teoria do Agendamento Midiático, que é conceituada como “a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. Tanto a seleção dos objetos que despertam a atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis de agendamento” (MCCOMBS; SHAW. 2000, p. 65).

Ou seja, a ideia central da Agenda Setting é que a percepção do público sobre os assuntos que estão sendo discutidos é construída tendo por base as informações difundidas na mídia. Basicamente, o agendamento é essa interrelação entre a cobertura midiática e a opinião pública.

A mídia tem esse poder de influenciar os relacionamentos na sociedade, de pautar as conversas cotidianas e de fazer com que não haja debate sobre temas que sejam desfavoráveis para a empresa de comunicação, tendo em vista o seu poder de seleção das informações que serão veiculadas, podendo não divulgar informações que não sejam de seu interesse.

Outro fator que colabora com essa influência do jornalismo e da mídia, em geral, na agenda pública, é a necessidade de orientação, sentenciada por McCombs (2006, p.11):

Não temos na nossa cabeça o mundo tal como ele é, mas sim a imagem que fazemos dele. Formamos mapas sobre o entorno exterior. A necessidade de orientação é um conceito que explica o porquê de darmos sentido ao mundo que nos cerca, além de explicar a transferência de relevância da agenda midiática à pública (MCCOMBS, 2006, p. 111).

Isso significa que quanto menos conhecimento acerca de determinados assuntos, maior é a capacidade de absorver o que está sendo dito pelo jornalismo e adotar o posicionamento estabelecido pela agenda midiática. Além disso, ainda há o enquadramento como um fator mediador dessa relação agenda midiática e agenda pública. Aliado à seletividade da notícia, o enquadramento é a seleção de um aspecto do fato ocorrido que ganha destaque no produto jornalístico. Ou, conforme afirma

“enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazer eles mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito”. (ENTMAN, 1993, p.52),

Isso significa que a subjetividade do jornalista, a imposição da empresa e seus interesses pessoais, além dos produtores de conteúdo para as mídias, podem influenciar nesse processo de desconstrução do racismo e evidencia o quanto a comunicação torna-se um espaço ou não de legitimação das práticas racistas, principalmente no ciberespaço devido a urgência do furo e a efemeridade das notícias.

5.2 A construção social da notícia: o acontecimento como resultado de um processo de intervenção subjetiva

Existe um processo de construção da notícia que antecede a influência do agendamento. De fato, a influência dos meios nas relações interpessoais começa na transformação do acontecimento num fato jornalístico para virar notícia. Hall (1999) identifica notícia como a matéria-prima do jornalismo, resultado de um processo

complexo que tem início na escolha dos acontecimentos e que passa por uma série de critérios e categorias socialmente construídas.

Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significados familiares ao público). Este processo – a identificação e a contextualização – é um dos mais importantes, através do qual os acontecimentos são “tornados significativos” pelos media (HALL, 1999, p. 226).

Portanto, os jornalistas são responsáveis por tornar a desordem de um acontecimento num fato social, utilizando enquadramentos de interesse público que gerará uma audiência, levando em consideração, evidentemente, o interesse privado do empresário do veículo de comunicação. Esses enquadramentos são o reflexo das experiências subjetivas do produtor da notícia, pois o olhar que norteará a construção parte de um imaginário subjetivo. Por isso a notícia é um processo de intervenção subjetiva, pois na produção não são considerados apenas a objetividade “mas também noções, referências e significados particulares” (BARROS e MARTINO, 2003, p. 119).

Essa influência simbólica nos ajuda a entender como os sujeitos são representados socialmente e como se dá essa construção das identidades. Desse modo, podemos definir representações sociais como:

Conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...] nem de uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos com um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre nem imagens de, mas como “teorias”, como “ciências coletivas” *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade (MOSCOVICI e NEMETH, 1974, p. 48).

Nessa condição, é compreensível o fato de que o jornalismo se caracteriza como um espaço de representações sociais que serão compartilhadas na agenda pública através da agenda midiática. Conforme denota Pereira (2007, p.66) o jornal é um produto do cotidiano, ou seja, um espaço de produção dos fatos sociais que estabelece uma conexão entre o mundo material e o simbólico.

Existe também toda uma cultura profissional, com uma linguagem própria, uma maneira própria de sentir o tempo, uma panóplia de cultos, símbolos e mitologia repletos de um conjunto de imagens estereotipadas do herói, do colega, dos vilões. Um aspecto fundamental dessa cultura profissional é a partilha de valores quanto à importância ou interesse que uma ocorrência ou

questão poderá ter; são os critérios de noticiabilidade, construídos por um conjunto de valores-notícia (TRAQUINA, 2001, p.28).

Essa ordem simbólica da vida cotidiana tem uma participação definitiva do jornalista pois são os seus enunciados que serão compartilhados na sociedade contemporânea, principalmente com o progresso do jornalismo online.

5.3 Jornalismo Online

Com o avanço das novas tecnologias, as formas de comunicação evoluíram e sofreram uma série de transformações. A internet possibilitou, no caso do jornalismo, o estreitamento entre a produção e a veiculação da notícia, mas não o acesso democrático. Os valores sociais sofreram alterações assim como o fazer jornalístico tornou-se mais mediado pela tecnologia.

Isso faz com que o capitalismo e a economia da empresa estejam em primeiro plano, assim como na época da efervescência do jornalismo impresso, porém, de forma ainda mais explícita, enquanto o compromisso e ética com a informação acaba deixando de ser o seu valor essencial. Essa configuração é sintetizada por Borges (2000):

– a grande alavanca do desenvolvimento da humanidade é realmente o homem; A compreensão da sociedade da informação – a informação é um produto, um bem comercial; – o saber é um fator econômico; – as tecnologias de informação e comunicação vêm revolucionar a noção de “valor agregado” à informação; – a distância e o tempo entre a fonte de informação e o seu destinatário deixaram de ter qualquer importância; as pessoas não precisam se deslocar porque são os dados que viajam; – a probabilidade de se encontrarem respostas inovadoras a situações críticas é muito superior à situação anterior; – as tecnologias de informação e de comunicação converteram o mundo em uma “aldeia global” (MacLuhan); – as novas tecnologias criaram novos mercados, serviços, empregos e empresas; – as tecnologias de informação e comunicação interferiram no “ciclo informativo”, tanto do ponto de vista dos processos, das atividades, da gestão, dos custos etc.: • o próprio usuário da informação pode ser também o produtor ou gerador da informação; • registro de grandes volumes de dados a baixo custo; • armazenamento de dados em memórias com grande capacidade; • processamento automático da informação em alta velocidade; • recuperação de informação, com estratégias de buscas automatizadas; • acesso às informações armazenadas em bases de dados em vários locais ou instituições, de maneira facilitada; • monitoramento e avaliação do uso da informação (BORGES, 2000, p. 29).

Essa reconfiguração causa uma maior interação entre os produtores e os receptores da informação. O jornalista tem um poder de mediação que exige que “nesse processo interacional, deve ser capaz de constituir-se como um agente capaz de selecionar, enquadrar e personalizar notícias [...], levando em conta as potencialidades colaborativas de produção e mediação inerentes às novas mídias” (ROCHA, 2009).

De acordo com Castells (2003, p.15) “as redes são formas muito antigas da actividade humana, mas actualmente essas redes ganharam uma nova vida, ao converterem-se em redes de informação, impulsionadas pela internet”. Ou seja, a internet tornou-se um novo paradigma de comunicação, haja vista que ela possibilitou que todos fôssemos produtores e receptores de informação.

No modelo horizontal o acesso à comunicação e à informação para todos é uma pré-condição. O diálogo é o eixo central da comunicação horizontal possibilitando a interação democrática do emissor e receptor no processo de produção / emissão / recepção da mensagem (TRIGUEIRO, 2001, p.30).

O fato é que, com o surgimento das novas mídias, surge uma maior preocupação com o zelo da informação e a possibilidade da WEB 2.0 ser um difusor de cidadania e não um espaço de reprodução de desigualdade, por exemplo.

A difusão do uso e o amplo acesso às TICs são estratégicos, mas podem também ser instrumentos de dependência (de tecnologias, de equipamentos, conteúdos, estilos de vida e consumo) e de reprodução de desigualdades. Daí que a participação (pro) ativa na sociedade da informação requer mais do que simplesmente inclusão digital. É necessário criar condições de apropriação social tanto desse aparato tecnológico – o que implica capacidade de os diferentes grupos sociais fazerem frente uso dos novos meios, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida e de trabalho –, quanto da capacidade de apropriação da informação e do conhecimento hoje estratégicos do ponto de vista capacidade de aprendizado, inovação e desenvolvimento. Isto requer o amplo acesso aos meios materiais, às oportunidades de educação, trabalho e renda, como também o direito à cidadania, à democracia política e à diversidade cultural (ALBAGLI; MACIEL, 2007, p.16).

No caso do jornalismo online algumas características que lhe são peculiares denotam sua adaptação para o meio Web. Palacios (2002), embasado na leitura de autores como Deuze, Canavilhas e Elias Machado, propõe seis características fundamentais: multimidialidade ou convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória, instantaneidade e atualização contínua.

A multimidialidade ou convergência refere-se ao formato das mídias tradicionais incorporadas aos meios digitais. Ou seja, a notícia na internet pode abarcar vários tipos de mídia e de arquivos como texto, fotografia, áudio e vídeo, o que torna a convergência com um papel fundamental para o jornalismo e disseminação da informação. A interatividade é o resultado da interação pessoa-máquina, ou seja, é relação que o leitor tem com os veículos de comunicação digital.

Bardoel e Deuze (2000) consideram que a notícia online possui a capacidade de fazer com que o leitor/usuário sinta-se mais diretamente parte do processo jornalístico. Isto pode acontecer de diversas maneiras: pela troca de e-mails

entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões, através de chats com jornalistas, etc. (PALACIOS, 2002, p. 3).

A hipertextualidade se caracteriza como o acesso a determinados conteúdos numa mesma página, de acordo com sua busca. Para Suanno (2003), as páginas online são hiperlinks e hipertextos, como textos ligados a outros textos, e disponibilizam diversas informações rompendo com a linearidade.

As páginas da internet estão estruturadas em hipertextos, que se constroem a partir de operação elementar da atividade interpretativa que é a associação dando sentido a um texto ligando-o e conectando-o a outros textos. Através do hipertexto, devido a maior dinâmica ao texto, rompendo com a linearidade, disponibilizando um número ilimitado de informações, o internauta pode definir e selecionar o que busca através de uma série de possibilidades, com direito à inúmeras tentativas e mudança de temática, dado ao caráter essencialmente interativo a transmissão da Internet que depende das ações do internauta, de modo ativo frente ao que escolhe ler, copiar, enviar, criar (SUANNO, 2003, p. 34).

A personalização ou customização do conteúdo é uma espécie de filtro de informação que é utilizado pelo leitor para que ele receba apenas informações que considera mais relevantes, de acordo com seu perfil, de forma individual e não coletivamente. É como se o leitor pré-selecionasse as notícias que deseja receber.

A memória consiste, como o próprio nome sugere, no armazenamento das informações. Na WEB, o material produzido online pode ser salvo indefinidamente e é facilmente encontrado graças aos mecanismos de busca disponibilizados pela internet. Segundo Palacios (2002), a memória no webjornalismo é ao mesmo tempo múltipla, instantânea e cumulativa. Além disso, pode ser considerada como uma das rupturas provocadas pelo jornalismo online, tendo em vista que sua capacidade de armazenamento é mais viável economicamente e mais acessível para o leitor.

A instantaneidade ou atualização contínua é uma das fortes características do jornalismo online, haja vista a sua capacidade de publicar informações rapidamente e fazer com o que o leitor acompanhe quase que em tempo real o acontecimento. Apesar da instantaneidade ser uma qualidade do jornalismo para WEB, é importante perceber que essa característica possibilita uma maior probabilidade de erros, já que não se tem muito tempo para uma apuração profunda do fato e tampouco um lead completo. A pressa e o desejo pelo furo jornalístico fazem com que qualquer informação seja publicada e, logo em seguida, corrigida, priorizando-se, portanto, o furo e não a veiculação de uma informação totalmente objetiva.

5.4 Imaginário social da Comunicação

Investigar o comportamento racista na mídia requer o estudo dos fatos históricos que norteiam as ações presentes. Os arquétipos que imperam na mídia influenciam a formação do inconsciente coletivo. Portanto, para entender o imaginário do racismo é importante, também, a compreensão dos estudos acerca da Teoria Geral do Imaginário.

A imagem é um produto do nosso imaginário que enquanto documento histórico, é um instrumento polissêmico e, por isso, tem uma carga representativa intensa, podendo despertar muitos significados. No cotidiano, imagem é a “representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou de objeto” ou a “representação dinâmica, cinematográfica ou televisada, de pessoa, animal, objeto, cena, etc.” (FERREIRA, 1999). Nos estudos do signo, imagem é “um tipo de ícone que se assemelha, de algum modo, quanto à aparência, a seu objeto” (PEIRCE, 1984, p.117).

Já nos Estudos do Imaginário, imagem é o modo de a consciência (re)apresentar objetos que não se apresentam diretamente à sensibilidade. Vê-se que estão excluídas aí as imagens iconográficas, aquelas que se colocam na ponta da percepção visual, pois elas podem ser confirmadas pela apresentação do objeto que representam (BARROS, 2010, p. 128).

A imaginação é o vínculo para o imaginário que transita entre a memória e os cinco sentidos. Como por exemplo o uso de onomatopeia que serve para aguçar o imaginário nas leituras de quadrinhos. Por fim, o imaginário é o responsável pela produção de realidades, até mesmo a realidade ficcional. Ou seja, o imaginário é o conjunto de preconceitos, ficções, fantasias. Ele é, portanto, um mundo de símbolos, o qual é evidente que sua constituição tem considerável influência sobre os pensamentos e sentimentos do indivíduo, ao ponto de determiná-los completamente, tornando-se verdadeiro princípio formador de sua personalidade.

No século XX, o imaginário foi objeto de estudo de vários autores. Gilbert Durand (1921), antropólogo e filósofo da ciência, reflete o imaginário na ideia de que, frente à morte, o homem adota atitudes imaginativas que buscam negar e superá-la ou transformar e inverter seus significados para algo confortante. Essas atitudes resultam na percepção, produção e reprodução de símbolos, imagens, mitos e arquétipos pelo ser humano. E são esses elementos simbólicos que formam o imaginário. Portanto, o imaginário é o “conjunto de imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do Homo

sapiens” (DURAND, 1997, p.18), ou ainda “a faculdade da simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o homo erectus ficou em pé na face da Terra” (DURAND, 1998, p.117).

5.4.1 Estruturação do Imaginário

O imaginário é constituído de estruturas que auxiliam a sua compreensão, sendo a primeira delas os *schèmes*. Eles são as referências de todos os gestos e ações dos indivíduos. O *schème* que está na base da figuração simbólica, “constitui a factividade e a não-substantividade geral do imaginário [e forma] o esqueleto dinâmico, a tela funcional da imaginação” (DURAND, 1984, p.61).

O *schème* faz, portanto, a junção entre os gestos inconscientes da sensoriomotricidade, entre os reflexos dominantes e as representações: os reflexos posturais que regem a postura vertical, os reflexos digestivos, de ingestão e de expulsão das substâncias e as posturas sexuais, que são determinadas por uma rítmica corporal, constituem as principais classes de formação das imagens (DURAND, 2004, p. 61).

Durand (2004) registra que por meio de uma troca incessante entre as pulsões subjetivas e as intimações objetivas se processa o trajeto antropológico. E é a partir desse trajeto que ele discute o imaginário e explica que o *schème*, imerso nesse trajeto antropológico, é o responsável pela produção da figuração simbólica.

Outro termo que está inserido no estudo do imaginário é o arquétipo. Na verdade, esse conceito foi proposto por Jung (2002) e é explicitado como estruturas psíquicas primordiais. “Estas estruturas psíquicas apenas secundariamente podem tornar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência” (JUNG, 2002, p. 54). Durand (2004) retoma e avança esse termo dando a definição de uma das primeiras imagens que vem à mente do ser humano e que é preenchida cultural e historicamente por imagens e símbolos.

O mito, por sua vez, constitui-se como “um sistema dinâmico de símbolos, de arquétipos e de *schèmes*, sistema dinâmico esse que, sob o impulso de um *schème*, tende a transformar-se em narrativa” (DURAND, 2004, p. 64). O mito estabelece as relações sociais dos indivíduos por ser um sistema dinâmico de *schèmes*, arquétipos e símbolos em que está acometida uma crença. “Outra função do mito é estabelecer modelos de comportamentos, permitindo a construção individual e coletiva da identidade” (PITA, 2003, p.23). Para identificar um mito, Durand afirma que é necessária uma análise dos

mitemas, os quais identifica como “elementos, índices fundamentais que mostram a presença de um mito em determinada sociedade ou em certa narrativa. É, portanto, analisando os mitemas e como eles se articulam que identificamos os mitos dominantes ou em ascensão em uma determinada sociedade” (BUDAG, 2015, p.67).

Os hábitos e comportamentos cotidianos da sociedade são elementos que possibilitam analisar de que forma o inconsciente coletivo está caracterizado. Isso significa que as ações do presente são influenciadas pelas informações e experiências do passado. A partir do objeto principal dessa pesquisa é possível identificar o imaginário do racismo que se estruturou e enraizou-se no país.

5.4.2. O imaginário do racismo no Brasil

No capítulo anterior, o tópico que aborda o racismo institucional identifica casos e dados sobre essa prática. Essas informações são uma fonte importante para se identificar os mitemas que imperam no inconsciente coletivo. O que faz, por exemplo, com que somente 40 anos após a exibição e criação das telenovelas, uma negra seja protagonista é o fato de que durante mais de 300 anos pessoas da pele escura e traços afro-brasileiros não eram consideradas cidadãs competentes para realizar trabalhos que não fossem os braçais. Ou seja, o inconsciente coletivo dos produtores, escritores, e principalmente, dos empresários da comunicação, era carregado de estereótipos e preconceito racial.

Outro exemplo é a prisão do ator Vinicius Romão, citado anteriormente, que fora detido durante 16 dias única e exclusivamente por ser negro e assumir sua identidade racial através da valorização do seu fenótipo, como o cabelo. No imaginário dos algozes, predomina a ideia arcaica de que todo negro é bandido. No imaginário da polícia militar, as pessoas negras compõem o perfil de pessoas suspeitas. Um dos motivos para tal comportamento deve-se ao fato de que os negros encontravam na fuga a resistência ao sistema, e eram cassados pelos capitães do mato, e ao serem capturados, presos e castigados nas senzalas.

No final de 2017, Tissomo, a filha adotiva do casal de atores da rede globo, Bruno Gagliasso e Giovana Ewbank, foi vítima de ataques racistas protagonizados por uma mulher brasileira, chamada Day McCarthy, que reside no Canadá, através de vídeos postados em uma rede social. A menina é negra, natural do Malawi, na África, tem quatro anos e foi adotada pelo casal há um ano. Desde que veio morar no Brasil, Tissomo tem sido vítima de ataques racistas por meio da internet. Day McCarthy chamou a criança de “macaca horrível”, “cabelo de pico de palha”, “feia”. É importante perceber os mitemas

e analisar o fenótipo das duas envolvidas: uma mulher branca, aparentemente de classe alta, pois foi considerada uma *socialite* pela imprensa, agredindo verbalmente uma criança por ser negra. As palavras utilizadas e a maneira de lidar com a vida negra remete às mulheres brancas, sinhás, que utilizavam os mais diversos artifícios para desprezar as negras, conforme especificado no primeiro capítulo. Além disso, ainda reforça o estereótipo de que ser negra, ter cabelo crespo, nariz achatado, lábios grossos é motivo de vergonha e de negação.

A sociedade brasileira também tem um extenso vocabulário racista que é utilizado corriqueiramente e que passa despercebido nos diálogos. Ser a “ovelha negra da família”, “coisa de preto”, “nuvem negra”, “a situação está preta”, “hoje é dia de branco” e tantas outras expressões. A associação de coisas pretas à depreciação faz parte do repertório do imaginário coletivo de forma predominante. Essa desconstrução é um grande desafio que vem sendo enfrentado por professores, movimentos sociais e ativistas que diariamente reafirmam sua identidade negra e a importância dela para o enfrentamento do racismo no Brasil.

Portanto, o comportamento racista remete a um imaginário do século XIX, ou ainda do século XVII, em que existiam os teóricos racistas que tentavam explicar a negritude como degeneração. E isso reflete na cultura e nos valores da sociedade brasileira que podem ser identificados através dos mitemas, comportamentos e toda a simbologia das atitudes dos atores sociais.

5.4.3 O imaginário sobre a mulher negra

Diante do exposto, é possível afirmar que se ser negro no Brasil é difícil, ser mulher e negra é um desafio ainda maior. O racismo e machismo são dois tipos de violência que estão lado a lado impondo e ditando regras na vida das mulheres negras brasileiras.

Ao todo, as mulheres são mais de 104 milhões, representando, assim, mais da metade da população brasileira (51,6%), de acordo com dados do IBGE ¹⁸de 2015. Isso

¹⁸ De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2015 o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. 48,52% da população brasileira é composta por homens e 51,48% por mulheres. Disponível em: < <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html> > Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

significa 6,3 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. Ao passo em que as mulheres conquistaram, ao longo de uma vasta trajetória, seus direitos, a discriminação de gênero aumentou. De 1827, quando surge a primeira lei de educação das mulheres, permitindo o acesso às escolas elementares; passando por 1879, quando o acesso ao ensino superior foi permitido; posteriormente em 1932, conquistando, finalmente, o direito ao voto; mais tarde, no ano de 1985, é implantada a primeira delegacia de atendimento especializado à mulher; depois conquistaram espaço na política brasileira, sendo reservadas 20% das candidaturas nas chapas eleitorais; em seguida, a Lei Maria da Penha é sancionada, em 2006; até chegarmos a 2010 e elegermos a primeira mulher presidente do Brasil que em 2015 decretou e sancionou a lei do Feminicídio. Mesmo assim parece que a sociedade não se deu conta da importância e capacidade de classe feminina. Soma-se a isso todo o histórico descrito no primeiro capítulo que caracteriza a realidade enfrentada pelas negras.

As mulheres negras se deparam com o racismo também através da beleza. A trajetória de modificação do cabelo crespo começa cedo, ainda na infância, muitas vezes protagonizadas pelo desejo, das responsáveis pela criança, em amenizar o volume, ou seja, camuflar a herança negra. Conforme analisa Gomes (2002), a menina negra vive um conflito com sua aparência diante das referências midiáticas que estão a sua volta. No entanto, esse embate se intensifica quando ela se insere na escola, que se constitui como a sua primeira experiência com a vida em sociedade.

Embora o discurso que condiciona a discriminação do negro à sua localização na classe social ainda seja predominante na escola, as práticas cotidianas mostram para a criança e para o adolescente negro que o status social não é determinado somente pelo emprego, renda e grau de escolaridade, mas também pela posição da pessoa na classificação racial. Pertencer ou não a um segmento étnico/racial faz muita diferença nas relações estabelecidas entre os sujeitos da escola, nos momentos de avaliação, nas expectativas construídas em torno do desempenho escolar e na maneira como as diferenças são tratadas. Embora atualmente os currículos oficiais aos poucos incorporem leituras críticas sobre a situação do negro, e alguns docentes se empenhem no trabalho com a questão racial no ambiente escolar, o cabelo e os demais sinais diacríticos ainda são usados como critério para discriminar negros, brancos e mestiços. A questão da expressão estética negra ainda não é considerada um tema a ser discutido pela pedagogia brasileira. (GOMES, 2002, p. 45)

O cabelo possui uma carga ideológica bastante representativa para a população negra e o alisamento ou as tentativas de mascarar-lo podem ser consideradas uma negação a essa identidade, se realizado forçadamente devido à baixa autoestima. Esse imaginário pode, também, derivar da relação interracial entre senhoras e escravas negras. As brancas

dispunham de tempo livre para cuidar dos cabelos, enquanto às negras era negado o direito de cuidar da própria beleza. Isso se perpetuou no inconsciente coletivo através da sociedade eurocêntrica que tem a sua mídia predominantemente branca que não trouxe visibilidade para mulheres negras com cabelos crespos brilhantes e bem cuidados. O caso da criança¹⁹ negra de quatro anos, no Distrito Federal, que chegou a sua casa chorando e pedindo para mãe alisar o seu cabelo porque a professora se recusou a lavá-lo, quando já havia lavado o de todas as outras alunas, alegando que seu cabelo era duro, é uma situação explícita do racismo à brasileira.

O estereótipo de servilismo sexual e erotização abordados no capítulo I já demonstram a construção desse imaginário na sociedade. Isso significa que, assim como o racismo, a objetificação da mulher negra é histórica. Sara Baartman, uma escrava negra nascida na África do Sul, em 1789, teve seu corpo explorado sexualmente, em vida, e exibido em Paris, após sua morte. Mesmo analfabeta, ela teria assinado um contrato com seus senhores para viajar o mundo supostamente como atriz. No entanto, a real intenção era o enriquecimento de seu senhor através da exibição e exploração do corpo da escrava, que possuía esteatopigia, uma condição genética que faz com que a pessoa tenha nádegas protuberantes devido à acumulação de gordura. Os homens que pagassem mais, podiam tocá-la. Ela bebia e fumava demais, possivelmente como uma resistência para conseguir enfrentar a vida a qual foi submetida. Baartman morreu aos 26 anos de idade.

O naturalista Georges Cuvier, que dançou com Baartman em um das festas em Paris, fez um modelo de gesso de seu corpo antes de dissecá-lo. Além disso, preservou seu esqueleto, seu cérebro e seus órgãos genitais, que permaneceram expostos no Museu do Homem de Paris até 1974, quando Nelson Mandela, após sua reeleição, solicitou a repatriação dos restos mortais de Baartman. O livro “A história da beleza negra no Brasil”, de Amanda Braga (2015), traz a história de Sara e faz uma análise discursiva sobre os conceitos de beleza negra na história do Brasil. A espetacularização do corpo dessa negra e a forma como ele foi vendido para outros países é um indício do que permeia o imaginário social atual.

Um vínculo intrínseco com a história de Baartman é a mulher negra que a Globo faz questão de exibir durante o carnaval. A Globeleza tornou-se uma discussão obsoleta que a emissora não abdica e silencia. Uma mulher negra nua, apenas com o seio e o órgão

¹⁹ Por que a professora só não quis lavar o cabelo da única criança negra?. Notícia veiculada no site Pragmatismo Político. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/por-que-a-professora-so-nao-quis-lavar-o-cabelo-da-unica-crianca-negra.html> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

sexual cobertos, sambando, denotando que a sua erotização é o centro do carnaval brasileiro.

Todo esse imaginário baseado no histórico da escravidão trouxe consequências injustas e uma luta constante para se desconstruir o racismo e todos os seus desdobramentos no Brasil. É possível concluir que ser negra, pobre e brasileira não é uma condição fácil. Pelo contrário, é sinônimo de exploração, de menor expectativa de vida, de poucas chances de ascensão social e, principalmente, maiores chances de ser vítima do racismo e sua impunidade. O caso de Cláudia é um reflexo dessa afirmação. Ela não fora explorada sexualmente, porém morreu por ser mulher, negra, pobre e brasileira. Nesta dissertação, essa hipótese será comprovada com o auxílio do método Análise de Conteúdo, com uma análise qualitativa e quantitativa que nos permitiu chegar a essa conclusão.

6. PERCURSO METODOLÓGICO: A ANÁLISE DE CONTEÚDO

O percurso metodológico iniciou-se a partir da inquietação acerca da impunidade e da não repercussão justa à morte de Cláudia. Para compreender como a mídia abordou esse caso, foram escolhidos os portais de notícias mais acessados do ano de 2016, através do site Alexa²⁰, que é um serviço de Internet pertencente à *Amazon* que disponibiliza o número de internautas que visitam um determinado *site*, além da quantidade de acessos e sua posição mundialmente.

Como resultado da pesquisa, os portais de maiores acessos foram: globo.com; uol.com.br; abril.com.br; folha.uol.com.br; terra.com.br; estadao.com.br; R7.com; revistaforum.com.br; ebc.com.br; Brasil247.com; Geledes.com.br; extra.globo.com. Por meio da ferramenta de busca, disponibilizada nos 12 portais, foram encontrados 136 conteúdos jornalísticos que traziam como enfoque o caso da morte de Claudia. Para conseguir esse resultado, utilizamos palavras-chaves que filtrassem os conteúdos para o assunto que interessava à pesquisa.

A partir da leitura e observação dos textos, foi elaborada uma ficha para análise mais detalhada e quantitativa, cujos itens foram escritos a partir das inquietações levantadas conforme se fazia a leitura do material coletado. A ficha contém vinte variáveis que versam sobre o conteúdo dos textos jornalísticos, a fotografia e o gênero textual que abordou o caso Cláudia Silva Ferreira.

Para a elaboração da ficha, foi considerada a data com a disposição de dia, mês e ano da veiculação, no intuito de identificar em que período o assunto foi mais e menos abordado e a partir disso fazer as devidas inferências.

Em seguida, identificamos o gênero jornalístico, tendo como opções notícia, reportagem, artigo de opinião e nota.

A terceira variável é preenchida com o título da matéria, que servirá como objeto de análise que complementa mais um item dessa ficha. Após, é identificado o site responsável pela publicação. Depois, identificamos o caráter da matéria; analisamos se houve ou não atualização dela; no item seguinte temos os tipos de fonte que predominam no texto; depois, o foco principal da matéria, seguido da forma de tratamento do personagem na manchete; em seguida as características de Cláudia que são citadas.

²⁰ Lista com 500 sites mais acessados no Brasil. Disponível em: <http://www.alexa.com/topsites/countries:0/BR> Acesso em: 29 de junho de 2016.

Na sequência temos ainda: menciona o termo “racismo”, menciona “racismo institucional”, menciona “violência policial”, menciona “desmilitarização da PM”, menciona “violência contra as mulheres”, cita alguma estatística sobre a morte da população negra, aborda o histórico violento dos policiais, menciona outras mortes da mesma operação, se há fotografia e, por fim, que tipo de presença racial há nas imagens.

Figura 4. Ficha Análise de Notícia Cláudia Silva

Ficha Análise de Notícias Cláudia Silva				
1. Data				
2. Gênero	1 () Notícia	2 () Reportagem	3 () Artigo de Opinião	4 () Nota
3. Título				
4. Site	(1) G1 (2) UOL (3) FOLHA DE SP (4) TERRA (5) ESTADÃO (6) R7 (7) REVISTA FÓRUM (8) EBC (9) BRASIL 247 (10) GELEDÉS (11) EXTRA GLOBO			
5. Caráter da Matéria	(01) Informativo (02) Emocional (03) Problematicante			
6. Atualização da Matéria	(1) Atualizada (2) Não atualizada			
7. Fontes que aparecem no texto	(01) Familiares/afetivas (02) Oficiais (03) Testemunhas sem relação afetiva/familiar com a vítima (04) O peso das fontes é semelhante			
	(05) A única voz é a do jornalista			
8. Foco principal da notícia	(1) Cláudia (2) Policiais			
9. Forma de tratamento da personagem no título	(1) Cláudia (2) Mulher (3) Mulher arrastada (4) Mulher negra arrastada (5)Mulher negra (6) Arrastada (7) Auxiliar de serviços gerais arrastada (8) Vítima (9) Não se refere à Cláudia			
10. Características de Cláudia que são citadas	(1) Mulher (2) Negra (3) Pobre (4) Mãe (5) Auxiliar de Serviços Gerais (6) Sem nenhum envolvimento ilícito (7) Moradora			
11. Menciona o termo “racismo” ou “preconceito étnico racial”	(1) Sim (2) Não			
12. Menciona RACISMO INSTITUCIONAL	(1) Sim (2) Não			

13. Menciona o termo “violência policial”	(1) Sim (2) Não
14. Menciona Desmilitarização da PM	(1) Sim (2) Não
15. Menciona a “Violência contra mulheres”	(1) Sim (2) Não
16. Cita alguma estatísticas sobre a morte da população negra	(1) Sim (2) Não
17. Aborda o histórico violento dos policiais	(1) Sim (2) Não
18. Menciona outras mortes da mesma operação	(1) Sim (2) Não
19. Fotografia	(1) Cláudia (2) Família de Cláudia (3) Policiais acusados (4) Enterro (5) Viatura da PM arrastando o corpo (6) Reconstituição (7) Local do Crime (8) Não há

20. Presença nas Imagens	(1) Negros (2) Brancos (3) não há fotos

Fonte: Elaboração própria

As vinte variáveis citadas que serão explicitadas individualmente ao longo do capítulo seguinte serão preenchidas de acordo com a identificação das 136 matérias que são o escopo dessa pesquisa. Essas matérias circularam no período do mês de março de 2014 (mês da morte de Cláudia) a março de 2016 nos seguintes sites de notícias: Estadão, Notícias Uol, Brasil247, Agência Brasil, Extra, Folha de São Paulo, G1, R7, Terra, Revista Fórum e Geledés.

Vale destacar que a característica memória e atualização da informação do jornalismo online nos foi um aliado valioso, tendo em vista a facilidade para encontrar as notícias através dos mecanismos de busca que todos os *sites* disponibilizam através da inserção da palavra-chave. Para encontrar todas as notícias que estavam relacionadas ao assassinato de Cláudia, utilizamos três expressões como palavras-chaves: Cláudia Silva Ferreira, mulher arrastada, viatura da PM arrasta mulher. A única dificuldade que encontramos nesse processo de coleta foram os links inválidos de mais de dez matérias do jornal Estadão.

6.1 A ferramenta Análise de Conteúdo

Para sistematizar e quantificar de forma precisa, utilizamos o método da Análise de Conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, 2006, p.37).

A análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, da leitura simples do real. Aplica-se a tudo que é dito em entrevistas ou depoimentos ou escrito em jornais, livros, textos ou panfletos, como também a imagens de filmes, desenhos, pinturas, cartazes, televisão e toda comunicação não verbal: gestos, posturas, comportamentos e outras expressões culturais (BARDIN, 2006, p. 30).

A especificidade da Análise de Conteúdo não está somente nos dados que ela disponibiliza, mas nas inferências que esses dados dispõem.

o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. De maneira bastante metafórica, falar-se-á de um plano sincrônico ou plano "horizontal" para designar o texto e a sua análise descritiva, e de um plano diacrônico ou plano "vertical", que remete para as variáveis inferidas (BARDIN, 2006, p. 47).

Este método aliado ao imaginário, possibilitará resultados mais concretos e exatos para uma inferência objetiva e não pessoal. Por meio dessa relação é possível utilizar os números que a análise de conteúdo, através da ficha, disponibiliza e relacionar à interpretação e aos estudos do imaginário, levando em consideração o agendamento e seus enquadramentos.

7. CLÁUDIA SILVA FERREIRA: REPRESENTAÇÃO DA LEGITIMAÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL NO JORNALISMO ONLINE BRASILEIRO

Cláudia foi assassinada pelas mãos da polícia que é paga, oficialmente, para proteger. As mulheres negras são 49 milhões, segundo o Censo do IBGE 2010, ou seja, 24,5% da população brasileira. No entanto, as características fenotípicas denotam o risco de vida que correm diariamente no país. Elas são as que mais morrem em operações policiais no Brasil, e nos últimos 10 anos, a taxa de homicídios desse tipo cresceu 22%. De 2005 a 2015 foram computadas 75 mortes por “intervenções legais ou operações de guerra”. Destas, 39 vítimas eram pretas ou pardas (52%), de acordo com a Agência Patrícia Galvão, dados divulgados em junho de 2017²¹. Como se não bastasse, o jornalismo online é um fator legitimador e uma prova da impunidade do racismo institucional brasileiro, conforme será demonstrado.

A análise será iniciada a partir da “Forma de Tratamento da Personagem no título”, que designa qual nome ou expressão foi utilizado para se referir à Cláudia nos títulos das matérias jornalísticas. Das 136, 50 matérias utilizaram a expressão “Mulher Arrastada”, o que representa percentualmente 36% do total, sendo a maioria das matérias, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1. Palavras utilizadas no título das matérias

	Frequência	Porcentual
Cláudia	46	33,6
Mulher	27	19,7
Mulher arrastada	50	36,5
Vítima	2	1,5
Não se refere a Cláudia	11	8,0
Total	136	99,3

Fonte: Elaboração própria

²¹ “Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015”. Disponível em: < <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/maioria-das-vitimas-de-feminicidio-negras-foram-tambem-52-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015/> > Acesso em: 10 de julho de 2017

Partindo do princípio de que o leitor pode considerar uma proximidade numérica entre a utilização da expressão “mulher arrastada” e do nome da vítima, é importante destacar um elemento que muda completamente toda a análise. O site mais acessado, avaliado pela Alexa é o G1, o qual figura como o segundo que mais reproduziu a expressão “mulher arrastada”. O fato de ser mais visualizado, permite a interpretação de que essa expressão foi a mais lida.

Tabela 2. Palavras utilizadas no título x Sites que veicularam as matérias

Nome no Título	Site									Total
	G1	FOLHA	TERRA	ESTADÃO	R7	R. FÓRUM	EBC	GELEDES	EXTRA	
Cláudia	4	0	7	3	0	7	2	11	12	46
Mulher	3	1	6	2	0	1	4	0	10	27
Mulher arrastada	10	3	12	2	5	1	6	2	9	50
Vítima	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Não se refere a Cláudia	1	0	0	0	0	0	4	3	3	11
Total	19	5	25	7	5	9	16	16	34	136

Fonte: Tabela produzida pela autora

A partir desses resultados, conclui-se que Cláudia é mais uma vida negra banalizada e sem valor para a sociedade brasileira. Uma mulher, jornalisticamente, sem valor notícia, tendo em vista que suas condições de vida, bem como seu próprio nome não são citados na maioria dos títulos, ficando reconhecida apenas como a mulher arrastada. Prova disso é que seu caso ficou conhecido pela forma brutal de sua morte e não por se tratar de racismo institucional, o que também não ganha espaço nas discussões jornalísticas.

Se não fosse o vídeo que se espalhou nas redes sociais e nos portais de notícias horas após a morte, o caso seria acrescido às estatísticas e não ganharia nenhum tipo de repercussão, como as mortes em que os três policiais estão envolvidos. Isso porque as primeiras notícias tratavam de um protesto dos moradores do Morro da Congonha pela morte de uma mulher durante um confronto da polícia com traficantes que estava atrapalhando o trânsito do local.

Figura 5. Primeira notícia sobre a morte de Cláudia



Fonte: Captura de imagem da primeira notícia do site G1 sobre o caso.

Quando os jornalistas utilizam a expressão “mulher arrastada” na maioria das notícias analisadas, concluímos que a vida de Cláudia foi generalizada, ao contrário do que ocorreu com João Hélio, uma criança de seis anos que foi arrastada por criminosos, em 2007, no Rio de Janeiro. Quatro assaltantes, dentre eles um menor de idade, roubaram o carro que a mãe da criança dirigia. Ela desceu junto com sua filha e ao tentar tirar João Hélio do banco traseiro, o cinto de segurança travou e os bandidos não esperaram, eles bateram a porta e o garoto ficou pendurado pelo cinto do lado de fora, sendo arrastado por 7 km.

O caso teve repercussão em todo país e suscitou a discussão sobre a redução da maioridade penal. Três dos acusados foram condenados pelo crime de latrocínio, e o adolescente cumpriu medida socioeducativa por três anos. A Associação de Cartórios do

Rio de Janeiro prestou homenagem à criança; a prefeitura do Rio mudou o nome da Praça Três Lagoas para Praça João Hélio Fernandes; as escolas de samba, na época, também prestaram homenagens; a cidade de Araruama, no Rio de Janeiro, inaugurou um parque naquele ano e o nomeou de Parque Menino João Hélio; e por fim, a ONU emitiu uma nota de pesar pela morte da criança. Tudo isso, graças à repercussão que o jornalismo deu ao caso que ficou conhecido como *Caso João Hélio*.

A criança branca de classe média tinha nome, endereço e família. A mulher arrastada pela viatura da PM, não. O máximo de informação que caracterizava Cláudia era a sua função no hospital: auxiliar de serviços gerais. O termo se repete 119 vezes, enquanto “negra”, apenas 5. Importante destacar que o termo “negra” só aparece em dois sites, o Revista Fórum e o Portal Geledés, por ambos serem derivados de movimentos sociais e por terem um caráter de textos mais problematizadores, predominando as reportagens.

Tabela 3. Características x Site

Características	Site									Total
	G1	FOLHA	TERRA	ESTADÃO	R7	R. FÓRUM	EBC	GELEDES	EXTRA	
Negra	0	0	0	0	0	2	0	10	0	12
Auxiliar de serviços gerais	18	5	25	7	5	7	12	6	34	119
Moradora	1	0	0	0	0	0	4	0	0	5
Total	19	5	25	7	5	9	16	16	34	136

Fonte: Tabela produzida pela autora

Além disso, o enquadramento dos títulos, preterido pelos produtores do conteúdo jornalístico, prejudica a informação relevante que é o racismo institucional bem como ressalta a banalização da vida negra. Optou-se, nesse caso, pela espetacularização da forma como a morte aconteceu em detrimento da contextualização da situação da população negra e sua condição de subalternidade e inferioridade social. Considerando-se a frequência com que esse tipo de informação se repete e circula, haja vista que muitos portais apenas reproduzem a mesma mensagem, o agendamento corrobora para a

legitimação do racismo institucional no caso Cláudia e para a impunidade dos policiais que naturalizam essa prática em seu cotidiano.

Cláudia passa de Cacau à mulher arrastada graças à omissão do racismo institucional no jornalismo online, que ao contrário da repercussão do caso João Hélio, apenas evidenciou que o jornalismo é um espaço para autenticidade do repertório do inconsciente coletivo carregado de preconceitos derivados do momento da escravidão no Brasil.

Enquanto o jornalismo das grandes empresas de comunicação poderia ser um agente aliado à luta antirracista, torna-se, diante dessa variável especificamente, uma ferramenta de legitimação do racismo institucional no país.

7.2. Jornalismo online como espaço de omissão e legitimação do racismo institucional

Em nosso estudo, com o intuito de comprovar que não há discussão sobre o racismo institucional no jornalismo online, avaliamos que de 136 matérias, apenas cinco mencionaram o termo “Racismo Institucional”. É importante ressaltar que quando não se fala de racismo institucional, há uma conotação mascarada para se referir a ele, pois o termo “violência policial” se repete em 20 matérias. Ou seja, os veículos optaram por dar um enquadramento quando não omissos, camuflado na ideia de ações violentas dos agentes. Une-se à isto, o fato de que os dois sites que mencionaram o termo “racismo institucional” são politicamente de esquerda e o caráter de suas matérias, predominantemente reportagens, costumam repercutir e analisar os fatos, sendo eles: Geledés e Revista Fórum.

Tabela 4. Racismo institucional x Sites que mencionaram em suas matérias

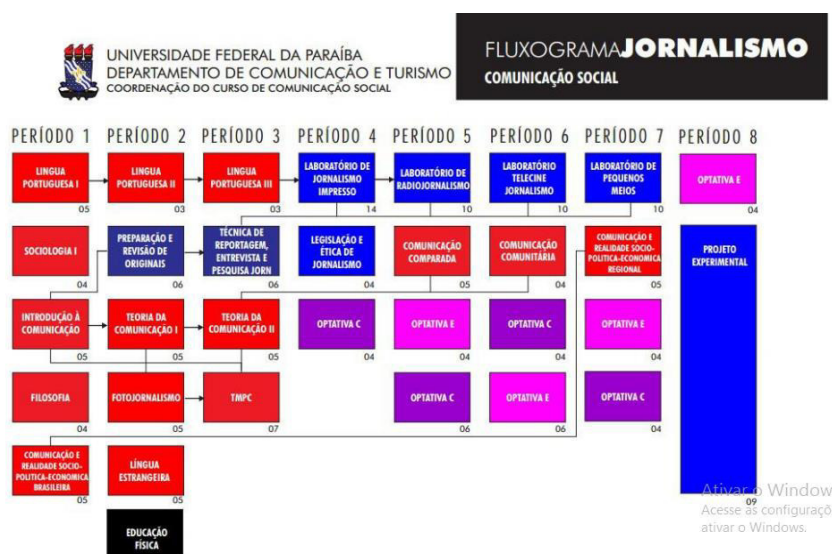
Racismo Institucional	Site									Total
	G1	FOLHA	TERRA	ESTADÃO	R7	R. FÓRUM	EBC	GELEDES	EXTRA	
Sim	0	0	0	0	0	1	0	4	0	5
Não	19	5	25	7	5	8	16	12	34	131
Total	19	5	25	7	5	9	16	16	34	136

Fonte: Elaboração própria

Tal perspectiva tem duas possíveis consequências que corroboram para seu enraizamento: a falta de formação multidisciplinar nas universidades que possuem o curso de comunicação social com habilitação em jornalismo, antes da resolução mencionada no capítulo III que obriga os cursos de graduação a abordarem as relações raciais em suas disciplinas; e o interesse das empresas de jornalismo com a temática. Ainda que a profissão não exija uma formação acadêmica e um diploma de nível superior, os jornalistas que saíam das academias não tinham acesso às discussões da sociedade, tanto sociais quanto raciais.

A grade curricular que pautou o curso de comunicação social na UFPB desde a década de 1980 até 2013 é um grande exemplo disso. O fluxograma trazia disciplinas como técnicas de reportagens, entrevista e pesquisa jornalística, legislação e ética, o máximo de multidisciplinaridade que se tinha era a disciplina de sociologia.

Figura 6. Currículo do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo de 1980 a 2013



Fonte: Captura de tela da grade curricular feita a partir do site: www.ccta.ufpb.br

Hoje essa realidade mudou graças à luta dos movimentos sociais, professores, ativistas e outros indivíduos que diariamente travaram discussões nos mais diversos espaços sociais para garantir oportunidades à população negra. No entanto, como formar os jornalistas que ingressaram no mercado de trabalho até 2015, antes da publicação da resolução nº 16/2015? A solução é a ocupação das pessoas negras com identidades afirmadas e empoderadas dispostas a desconstruir os estereótipos nos espaços jornalísticos. Contudo, o capitalismo e o jogo de interesses da empresa também são um grande entrave nesse interim.

Fica explícito, portanto, que é mais lucrativa uma notícia sensacionalista que explora vídeos, imagens do corpo arrastado e o termo chocante do que a notícia com o nome de uma simples mulher negra auxiliar de serviços gerais. O valor propriamente dito da notícia é mais importante de que seu conteúdo, tendo em vista que as empresas jornalísticas estão mais preocupadas com o capital do que com sua verdadeira função social. Isso é mais um fator que contribui para que o jornalismo seja um espaço de legitimação do racismo.

7.3 A não repercussão do histórico da PM e a omissão de Cláudia como vítima

Do total de 136 matérias, 81 têm os policiais como foco principal e apenas 55 têm Cláudia; e o que talvez seja o pior: dentre as 81, apenas duas mencionam o racismo institucional, seis mencionam violência policial e duas trazem o termo racismo.

A problemática que pode ser inferida através desses dados refere-se à atribuição da condição de vítima. Ou seja, se Cláudia não é considerada a vítima pela maioria dos jornais, além de reafirmar o racismo institucional, há uma defesa e consequente omissão do histórico de violência dos agentes da polícia, especialmente os envolvidos em sua morte. Quando afirmamos que os veículos de comunicação não tratam Cláudia como vítima, estamos nos referindo ao fato de não darem a atenção que o caso exige, e, principalmente, abordam a polícia como assunto principal, mas não discutem o que essa polícia tem feito pela população, se tem cumprido seu papel. Não existe uma discussão sobre o fato de dois dos envolvidos responderem a 16 homicídios.

Podemos concluir, portanto, que a omissão do devido tratamento à personagem principal das notícias deriva da não repercussão do histórico violento e racista dos policiais, o que torna o jornalismo um espaço de reprodução e legitimação do racismo, neste caso, institucional, por ser praticado pela PM e omitido pela mídia.

Tabela 5. Foco da matéria x histórico dos policiais

Foco da matéria	Histórico Violento dos policiais		Total
	Sim	Não	
Cláudia	3	52	55
Policiais	13	68	81
Total	16	120	136

Fonte: Elaboração própria.

Outra discussão necessária é o fato de que dos três policiais envolvidos na morte de Cláudia, dois são negros. Sob a ótica do imaginário, há uma explicação para se ter negros matando negros. Na época da escravidão, o capitão do mato era um negro liberto que era escolhido por conhecer as matas e as rotas de fuga dos escravos, responsável por torturar e capturar os negros fugitivos.

Podemos considerar a influência do imaginário da escravidão nos dias atuais nessa relação do capitão do mato com os policiais por dois fatores. O primeiro seria a estrutura hierárquica da segurança pública atual em que o soldado é o agente que está nas ruas buscando dar mais segurança à população através da apreensão dos criminosos. Já na estrutura escravocrata, os capitães do mato desempenhavam esse papel, pois eram eles que estavam nas matas com o objetivo de capturar os negros que haviam fugido. O segundo e principal é o perfil das pessoas que esses dois agentes procuram: as pessoas negras. O livro “Elite da Tropa” (2005) retrata esse perfil de suspeito que permeia o imaginário dos policiais:

Não vamos ser cínicos e fingir que vivemos no paraíso da democracia racial. E não estou falando só porque sou negro e vítima do preconceito, não. Milhões de vezes me pego discriminando também. Na hora de mandar descer do ônibus, você acha que escolho o mauricinho louro de olhos azuis, vestidinho para a aula de inglês, ou o negrinho de bermuda e sandália? E não venha me culpar. Adoto o mesmo critério que rege o medo da classe média. É isso mesmo, a seleção policial segue o padrão do medo, instalado na ideologia dominante, que se difunde na mídia (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 135).

É nesse ponto que a violência se inicia. Ao identificar um negro como suspeito, os policiais iniciam seu processo de investigação que passa pela revista até a condução a delegacia, caso necessário. Como ressaltam os autores supracitados, muitas práticas de tortura são realizadas, as quais levam ao suposto desaparecimento das vítimas desse racismo institucionalizado.

Todo policial do BOPE sai do quartel com seu saquinho plástico, peça que já foi integrada ao kit básico. O saco serve para pôr na cabeça do marginal, apertando bem na base, que fica amarrada no pescoço. O sujeito sufoca, vomita e desmaia. [...] a velha e boa porrada, que costuma bastar. Nada. Enfiamos fiapos de madeira debaixo das unhas [...]. Diante da delegada, ele resmungou: “os policiais do BOPE me torturaram”, e mostrou os dedinhos roxinhos, com as unhinhas levantadas. A doutora delegada era uma profissional escolada e não nos decepcionou. Encarou o sujeito e emendou de primeira: “Ah, é? Coitadinho... Tá doendo, tá, filhinho? Quer que chame a mamãe, seu filho-da-puta?” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2005, p. 39).

A forma como Cláudia foi tratada e levada ao hospital tem resquícios dessa abordagem truculenta dos policiais descrita acima, reveladas ao longo dos depoimentos da família da vítima:

"Trataram ela como um bicho. Nem o pior traficante do mundo deveria ser tratado assim. Quando cheguei no hospital, eles falaram que ela tinha ido para a UTI, mas ela já estava morta. Ela leva um tiro no peito e é arrastada no chão. Como vai sobreviver?"

(Alexandre da Silva, marido de Cláudia. 'Trataram como bicho', diz marido de mulher arrastada em carro da PM, G1, 17/03/2014)

O medo da polícia, um sentimento contrário ao que ela deveria gerar, já que os policiais estão nas ruas para proteger os cidadãos, também foi revelado.

"Ela tinha medo das ações da polícia na comunidade. Todo os dias, eles [PMs] chegam atirando e depois vão ver quem é. Ela não deixava a gente ficar na rua com medo de acontecer alguma coisa ou de confundirem a gente com traficantes" ('Trataram como bicho', diz marido de mulher arrastada em carro da PM, G1, 17/03/2014)

O reforço aos estereótipos mencionados no capítulo II é comprovado no seguinte depoimento: “A sensação é que no morro, na favela, só mora bandido, marginal. Insegurança, somos tratados como animais”, diz um amigo de Cláudia. (“Trataram como bicho”, diz marido de mulher arrastada em carro da PM, G1, 17/03/2014).

Outra questão que desperta desconfianças é o fato de que os policiais foram alertados sobre o que se passava no veículo e mesmo assim continuaram a ação.

Depois de rolar lá de dentro e ficar pendurado no para-choque do veículo apenas por um pedaço de roupa, o corpo de uma mulher foi arrastado por cerca de 250 metros, batendo contra o asfalto conforme o veículo fazia ultrapassagens. Apesar de alertados por pedestres e motoristas, os PMs não pararam. Um cinegrafista amador que passava pelo local registrou a cena num vídeo. (“Viatura da PM arrasta mulher por rua da Zona Norte do Rio. Veja o vídeo”, Jornal EXTRA, 17/03/2014)

O estereótipo de ser negro relacionado a bandidagem é observado no depoimento abaixo quando confirma que os policiais avistaram a Cláudia e apenas atiraram:

"Foi só virar a esquina e ela deu de frente com eles. Eles [os policiais] deram dois tiros nela, um no peito, que atravessou, e o outro, não sei se foi na cabeça ou no pescoço, que falaram. E caiu no chão. Aí falaram [os policiais] que se assustaram com o copo de café que estava na mão dela. Eles estavam achando que ela era bandida, que ela estava dando café para os bandidos", contou. Um pegou ela pela calça e outro pela perna e jogou dentro da Blazer, lá dentro, de qualquer jeito. Ficou toda torta lá dentro. Depois desceram com ela e a mala estava aberta. Ela ainda caiu na Buriti [rua, em Madureira], no meio do caminho, e eles pegaram e botaram ela para dentro de novo. Se eles viram que estava ruim porque eles não endireitaram (sic) e não bateram a porta de novo direito?", questionou. Durante a entrevista, Thaís citou o momento em que os policiais riram após a troca de tiros. "Todos eles que estavam lá em cima [na ação da PM], estavam lá embaixo [na manifestação na Avenida Edgard Romero, no domingo]. Eles estavam rindo e eu fui perguntar para eles: 'Minha mãe trocou tiro com vocês, minha mãe é bandida? Cadê a arma? Eles ficaram quietos'", contou ela, que disse ter sido segurada pelos amigos para não enfrentar os agentes. ('Acharam que ela era bandida', disse filha de arrastada por PMs no Rio, G1, 18/03/2014)

De outro modo, era executado nos tempos do capitão do mato, como o famoso tronco, por exemplo, em que os escravos eram amarrados e feitos de saco de pancadas. Diante disso, é possível concluir que o imaginário da escravidão ainda permanece colocando a cor negra como alvo de racismo e violência. Cláudia foi vítima desse racismo impregnado no imaginário dos policiais, que ao verem sua cor, logo a deduziram como bandida que estava levando café para os criminosos e que merecia ser alvejada com dois tiros.

Portanto, a variável "Foco da matéria" aliada às variáveis "Menciona Racismo Institucional", "Menciona Racismo", "Menciona Violência Policial" nos leva a afirmar que o processo de construção da matéria jornalística é lugar de legitimação do racismo institucional que não se limita ao produto final, mas está enraizado no imaginário do policial, na formação do jornalista e no mercado de trabalho da comunicação.

7.4 Estrutura do texto jornalístico como mediador da discussão sobre Racismo Institucional

Conforme demonstrado na metodologia, uma das variáveis desta análise é o gênero jornalístico. Elencamos quatro tipos de textos jornalísticos para serem preenchidos nas fichas, os quais apareciam com frequência nas matérias. São eles: notícia, reportagem, nota e artigo de opinião. Na tabela abaixo, é possível quantificá-los:

Tabela 6. Gênero jornalístico

Gênero	Frequência
Notícia	123
Reportagem	4
Artigo de Opinião	8
Nota	1
Total	136

Fonte: Elaboração própria

A hipótese que consideramos é que a escolha do gênero jornalístico influencia profundamente no debate sobre o caso Cláudia. Analisando os dados acima é possível compreender que o fato de a maioria das matérias serem apenas notícias, impossibilita o jornalista de aprofundar o tema e repercutir as questões e contextos sociais que envolvem o crime.

A notícia é uma representação social da realidade, caracterizada pela brevidade, concisão e imediatismo das informações, sempre respondendo às seis perguntas básicas que compõem o *lead*: O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? De acordo com Wolf (1999), a notícia é o acontecimento transformado no fato jornalístico: “Quais os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia?” (WOLF, 1999, p.15).

Cláudia foi considerada um acontecimento relevante para ser transformado em notícia quando as imagens chocantes do vídeo foram divulgadas. Nas primeiras notícias veiculadas no dia de sua morte, a informação que constava no *lead* era de um protesto que aconteceu devido a morte de Cláudia e de um homem que não teve seu nome divulgado. A sua vida não foi um assunto rentável para os jornais, tampouco seria a sua morte, não fosse a truculência pela qual ela se deu.

Uma moradora morreu após ser baleada durante operação policial feita hoje (16) na comunidade de Congonha, em Madureira, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Segundo a Polícia Militar (PM), Cláudia da Silva Ferreira foi encontrada ferida por policiais, na parte alta da comunidade, e encaminhada ao Hospital Carlos Chagas, mas não resistiu e morreu. Um homem, que segundo a polícia estava atirando nos policiais, foi baleado e teve a morte comunicada pela Polícia Militar no final da tarde. Só depois de chegarem ao ponto mais

alto da favela que os agentes encontraram Cláudia ferida. Depois da morte dela, moradores desceram do morro e fecharam a Avenida Edgar Romero por algum tempo, em protesto. Eles atearam fogo a lixeiras e um posto de gasolina foi apedrejado. (Duas pessoas morrem baleadas durante ação policial em comunidade do Rio, EBC, 16/03/2014).

A Avenida Ministro Edgar Romero, em Madureira, Zona Norte do Rio, foi interditada nos dois sentidos na noite deste domingo (16) por volta das 20h45, conforme informou o Centro de Operações da Prefeitura. De acordo com motoristas que passaram no local, dois ônibus foram queimados por moradores do Morro da Congonha, que protestavam contra a morte de uma moradora da comunidade. Bombeiros foram acionados, mas teriam sido ameaçados por moradores e, por isso, não apagaram as chamas até 22h30. (Protesto em Madureira, no Rio, fecha rua após moradora morrer em tiroteio, G1, 16/03/2014).

Além disso, a comprovação de que quem é Cláudia e o racismo institucional não tem nenhum valor para as empresas jornalísticas também se dá quando apenas três portais divulgam a notícia de sua morte, no dia 16 de março de 2014, enfatizando apenas os transtornos do protesto.

Tabela 7. Data das publicações x sites

Data	Site									Total
	G1	FOLHA	TERRA	ESTADÃO	R7	R. FÓRUM	EBC	GELEDES	EXTRA	
06.11.14	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
16.03.14	1	0	0	0	0	0	1	0	2	4
17.03.14	4	1	5	0	1	1	6	0	7	25
18.03.14	1	3	0	1	0	0	4	0	4	13
19.03.14	1	1	3	1	0	0	1	1	3	11
20.03.14	1	0	2	0	0	1	0	3	4	11
21.03.14	0	0	1	0	0	1	2	0	1	5
22.03.14	1	0	0	0	0	1	0	0	1	3
23.03.14	1	0	0	0	0	0	1	0	2	4
24.03.14	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
25.03.14	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
27.03.14	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
28.03.14	0	0	2	0	0	0	1	0	0	3
29.03.14	1	0	0	0	0	0	0	0	3	4
30.03.14	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
02.04.14	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
03.04.14	2	0	1	3	0	1	0	0	1	8
07.04.14	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
09.04.14	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1

14.04.14	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
16.04.14	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
18.04.14	3	0	5	0	0	2	0	3	0	13
19.04.14	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
12.05.14	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
13.05.14	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
25.05.14	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
27.07.14	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
29.07.14	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
12.08.14	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
05.11.14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
12.03.15	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
16.03.15	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
06.03.16	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
16.03.16	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	19	5	25	7	1	8	16	16	34	131

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que o fluxo maior de agendamento se deu entre os meses de março e abril de 2014. Em seguida, apenas os meses de maio, julho, agosto e novembro, somando 10 matérias, divulgaram sobre o caso naquele mesmo ano. Partindo do pressuposto de que a agenda midiática influencia a agenda pública, o silenciamento da mídia nos meses e anos seguintes influencia a estagnação do processo e das investigações. Isso porque a pressão imposta pelos veículos de comunicação gera preocupação nas instituições envolvidas, tanto no governo quanto na PM, o que acarreta uma maior celeridade na resolução do caso.

Outro aspecto que também influencia essa afirmação da prática do racismo institucional na mídia é a fonte que predomina no texto. (Ver tabela 8, a seguir).

Quando se dá voz aos familiares da vítima, dá-se ênfase a morte e a vida de Cláudia. Quando essa voz é apenas do jornalista que escreve a matéria, a probabilidade de ser considerado apenas o interesse da empresa jornalística é maior. Neste estudo, em 60 matérias predominam apenas a escrita do jornalista, sem nenhuma intervenção de outras fontes.

Tabela 8. Fontes que predominam nos textos

Fontes	Frequência
Familiares	34
Oficiais	25
Testemunhas sem relação afetiva/familiar com a vítima	6
O peso das fontes é semelhante	11
A única voz é a do jornalista	60
Total	136

Fonte: Elaboração própria

Isso colabora com a legitimação do racismo institucional na mídia porque não é de interesse da empresa discutir esse tipo de violência.

Quanto ao caráter do texto, as fichas foram classificadas de três formas: informativo, emocional e problematizante. O caráter informativo baseia-se apenas em noticiar o fato, sem se preocupar em detalhar ou aprofundar o que aconteceu. Um texto emocional, através de nossa análise, foi conceituado como informações que apelam para a emoção, para as relações afetivas, explorando a tragédia. O caráter problematizante é o texto com características próximas à reportagem ou artigo de opinião, em que se têm dados, estatísticas e um texto que aprofunda os fatos ocorridos e as temáticas que são inerentes a esta pesquisa.

Tabela 9. Caráter da matéria x sites

Caráter	Site									Total
	G1	FOLHA	TERRA	ESTADÃO	R7	R. FÓRUM	EBC	GELEDES	EXTRA	
Informativo	15	5	25	7	5	7	15	8	29	116
Emocional	3	0	0	0	0	0	1	5	5	14
Problematizante	1	0	0	0	0	2	0	3	0	6
Total	19	5	25	7	5	9	16	16	34	136

Fonte: Elaboração própria

Diante disso, pode-se concluir que o caráter da matéria também é um instrumento que media a discussão sobre racismo institucional no jornalismo, tendo em vista a predominância de textos informativos.

7.5 A desconstrução do racismo e confronto com o jornalismo hegemônico

Apesar da constatação de que o jornalismo online é um espaço que legitima o racismo institucional e de que a abordagem da PM do Rio no Caso Cláudia também se caracteriza como essa prática, houve um movimento de desconstrução de estereótipos e enfrentamento ao posicionamento dos sites hegemônicos e tradicionais.

Ao tempo em que se produziam notícias com a expressão “mulher arrastada” como manchete, tendo os policiais como foco sem se discutir seu histórico de culpabilidade em 69 mortes, ou legitimando a prática de racismo institucional, sites como *Blogueiras Negras*, *Geledés*, *Blogueiras Feministas*, *Think Olga*, desconstruíam esse modo de fazer e questionaram a abordagem jornalística e policial com relação ao caso.

É importante entender que o advento da WEB 2.0 facilitou a consolidação e organização de movimentos sociais como o *ciberfeminismo* que é “uma prática feminista em rede, que tem por intuito, tanto politicamente, quanto esteticamente, a construção de novas ordens e desmontagem de velhos mitos da sociedade através do uso da tecnologia” (MARTÍNEZ-COLLADO e NAVARRETE, 2006 apud LEMOS, 2009).

Vale destacar que as plataformas alternativas digitais, como blogs e redes sociais, oportunizaram a indivíduos subalternos ou marginalizados o estabelecimento de redes contra-hegemônicas para os mais diversos campos sociais estruturados e estruturantes nos quais o poder está distribuído de forma desigual e assimétrica, mas ainda com possibilidade de estabelecimento de redes de resistência em um sentido mais foucaultiano (CASTELLS, 2016).

Para além da produção tradicional, feita por jornalistas, a blogosfera passou a ser um espaço de construção coletiva e uma ferramenta decisiva para ativistas de movimentos sociais que passaram a ser os próprios produtores de conteúdo. No caso do blog *Blogueiras Negras*, há nitidamente um enfrentamento ao jornalismo que afirma a impunidade do racismo institucional, predominando em seus textos artigos de opinião e reportagens que intensificam a discussão sobre a violência policial, desvalorização da população negra e racismo institucional. A maior crítica dos textos relacionados ao caso Cláudia está na utilização indevida e demasiada do termo “mulher arrastada”.

Quem vai gritar por Claudia? Quem vai saber seu nome além dos familiares e das pessoas de sua comunidade? Quem vai se insurgir contra os criminosos fardados, agentes do estado? Quem pedirá a responsabilização desses agentes? Por que o barulho diante dessa brutalidade perpetrada por agentes públicos é tão menor? (“Claudia Silva Ferreira, 38 anos, auxiliar de limpeza, morta arrastada por carro da PM”, Blogueiras Negras, 18/03/2014)

CLAUDIA DA SILVA – pessoa negra que tem nome – CLAUDIA DA SILVA – que além de moradora do Morro da Congonha – CLAUDIA DA SILVA – que deve ser citada para além da condição de “arrastada” pelos limites que separam o morta-mala de seus camburões ensanguentados – do asfalto, da lama, do chão, lugar onde mais que simbolicamente, nos querem ver. (“Claudia da Silva Ferreira não será esquecida”, Blogueiras Negras, 04/04/2014)

Enquanto vocês continuarem a dar aval pra polícia matar bandido, bater em menor de idade, humilhar morador da favela, invadir comunidade, essa mesma polícia vai continuar a matar na candelária, na Nova Holanda, na Congonha, na Rocinha, no Flamengo, na Lapa, em São Paulo, em Brasília, Claudias, Amarildos, Sandros, Gabrielas, Pedros, Marcelos, Jades, Lourdes, Marias, Leandros. (“A polícia bate, espanca, mata muito mais a minha cor do que a sua”, Blogueiras Negras, 20/03/2014).

Portanto, é possível concluir que há enquadramentos opostos no que tange os sites de notícia e os blogs contra-hegemônicos. Enquanto a grande mídia se preocupa em vender suas notícias, os blogs alternativos buscam discutir e repercutir a problemática.

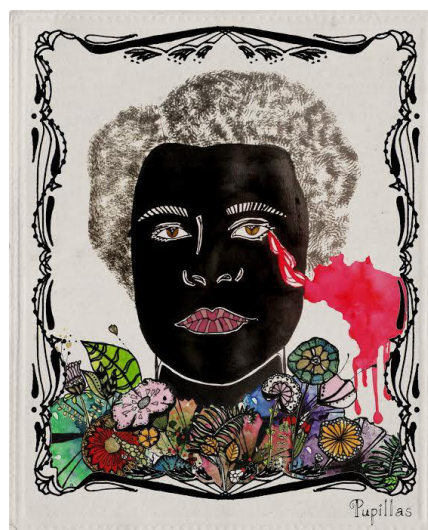
O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1994 apud PORTO, 2004, p. 82).

A mobilização #100vezesClaudia criada pelo site Think Olga²² gerou uma forte repercussão nas redes sociais. O site convocou artistas plásticos para criarem imagens sensíveis que humanizassem a figura da vítima. O movimento foi tão bem aceito que em menos de 24 horas mais de 200 artes retratando Claudia com carinho foram enviadas ao site.

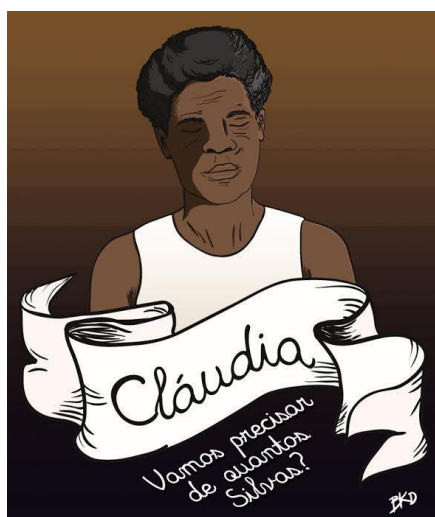
²² <https://thinkolga.com>

Figura 5. E agora?

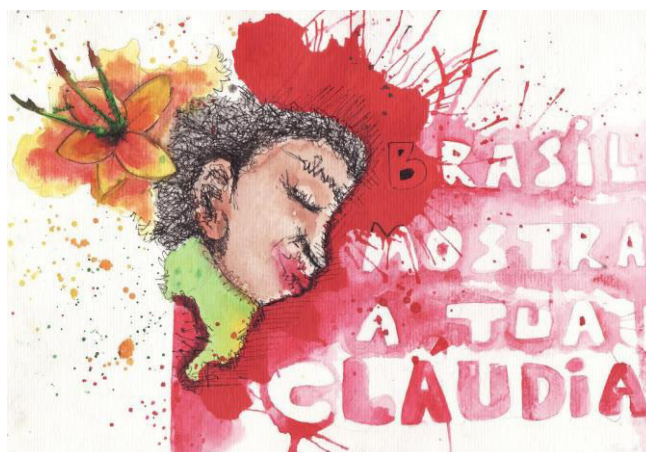
Fonte: Site Think Olga.

Figura 6. Pupillas

Fonte: Site Think Olga.

Figura 6. Vai precisar de quantas Silvas?

Fonte: Site Think Olga

Figura 7. Ticiano Alves

Fonte: Site Think Olga

As ilustrações saíram do campo virtual e ganharam espaço numa exposição gratuita na Virada Cultural, no Sesc Pompéia, em São Paulo, no dia 17 de maio de 2014. No mesmo ano, de 21 de agosto a 30 de setembro, o Museu da Cia. Paulista, em Jundiaí, também recebeu a exposição. Em 2015, as imagens foram para o Rio de Janeiro no espaço És Uma Maluca, como parte do evento “#OcupaMaluca XX edição especial” no dia 21 de março.

Neste ano de 2018, o caso Cláudia foi trazido à tona novamente depois do assassinato de Marielle Franco, uma vereadora negra do Rio de Janeiro conhecida por criticar a violência policial, uma militante atuante na pauta da inclusão social e dos direitos das mulheres. O carro em que ela estava foi baleado nove vezes, todos os disparos

foram em direção ao banco de trás, onde estava sentada a vereadora. De acordo com as investigações, a munição utilizada pelos criminosos pode ser adquirida apenas por forças de segurança, colecionadores e atiradores esportivos. Ainda segundo as investigações²³, a munição usada no crime é de lotes vendidos para a Polícia Federal de Brasília em dezembro de 2006. Diante desse fato, o caso de Cláudia reascendeu a discussão, mas nenhuma novidade foi publicada, ou seja, o caso segue impune.

²³ “O que se sabe até agora sobre a morte de Marielle?”, disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-a-morte-de-marielle> > Acesso em: 29 de junho de 2018.

8. PALAVRAS FINAIS

Ao analisarmos sociologicamente, a partir do conceito de imaginário de Duran, e com o auxílio da análise de conteúdo, o comportamento do jornalismo diante do racismo institucional causador da morte de Cláudia Silva Ferreira, constatamos, entre outras coisas, que o jornalismo é um espaço de legitimação dessa prática.

O jornalismo legitima o racismo quando se restringe a abordar uma Cláudia sem vida, caracterizada apenas pelo sensacionalismo de sua morte. Segue a sua legitimação e afirmação quando o enquadramento do agendamento midiático é voltado para as manifestações e os transtornos que elas causam. Todavia, é importante reconhecer que essa prática do agendamento está relacionada, também, aos interesses e negociações das instituições jornalísticas.

Foi possível constatar que esse jornalismo corroborou para o não pressionamento das instituições judiciárias no intuito de dar celeridade às investigações, tanto que até hoje o caso não foi solucionado, os policiais estão impunes e a mídia nada expõe.

O estudo colaborou para a compreensão da filtragem racial praticada pelos policiais, sob a ótica do imaginário, o que possibilitou a conclusão de que o imaginário coletivo está carregado de estigmas advindos ainda da escravidão.

Importante reconhecer os avanços que foram trazidos em consequência da luta dos movimentos sociais organizados bem como dos militantes e ativistas para o fortalecimento do empoderamento racial e afirmação da identidade negra.

Essa pesquisa não pode se encerrar por aqui, pois ainda há questões que devem ser levantadas a partir dela. O que nos despertou mais uma inquietação foi o modo de fazer dos portais que não estão na lista e que faziam um jornalismo contra-hegemônico e que deram espaço às discussões acerca do racismo institucional no caso Cláudia. Os comentários que foram feitos nos boxes de cada notícia por internautas que interagiram com os portais é outro aspecto que merece ser investigado por representarem uma visão expressa da sociedade que acompanhou todo o caso.

Pensar o racismo institucional na mídia amplia o contexto dessa prática e evidencia os desafios que a sua desconstrução traz para os sujeitos que lutam diariamente contra essa violência. A desconstrução do racismo está vinculada à educação, cultura e ao acesso a sociedade, bem como à inclusão social e racial. A legitimação desse racismo nas instituições impossibilita que os negros acessem serviços fundamentais como saúde,

educação, cultura. É essa exclusão e ausência de oportunidades que corrobora para que as pessoas negras se instalem em comunidades para viver indignamente.

A voz de Cláudia foi calada, mas a nossa não. Que sua vida, sua trajetória, sua memória ganhem novos espaços e que a academia seja mais um local para reverberação da luta contra o racismo no Brasil.

9. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- BAIRON, S. A persistência do grande outro cromático-racista na publicidade brasileira. In: BATISTA, L. L.; LEITE, F. (orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: ECA/USP, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. LA Reto & A. Pinheiro, Trad.. 70ª Ed.: Lisboa, 2006.
- BARROS FILHO, Clovis; MARTINO, Luis Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo:h Paulus, 2003.
- BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Comunicação e imaginário: uma proposta metodológica. In: Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**: São Paulo, v.33, n.2, p. 125-143, jul./dez. 2010.
- BATISTA, Andre; PIMENTEL, Rodrigo; SOARES, Luiz Eduardo. **Elite da tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BUDAG, Fernanda Elouise. **Articulando narrativas e materialidades para pensar a sociedade contemporânea**. In: Congresso Internacional de Comunicação e Consumo. São Paulo, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 21 edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. **Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.
- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: Introdução à arquetipologia geral**. 1 edição. 1997.
- DOMINGOS, João Pedro; NOGUEIRA, Maria Alice de Faria. **Geração Tombamento e mercado: a popularização do jovem negro na cultura do consumo**. In: XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Rio de Janeiro, 2017.
- DURAND, Gilbert. O paradoxo do imaginário no ocidente. **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia**. Tradução de René Eve Lévié. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- DURAND, Gilbert. **Exploração do imaginário: O Imaginário e a simbologia da passagem**, 1984.
- ENTMAN, R.M. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**, Journal of Communication, 1993.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira : Lexikon Informática Ltda., 1999

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1980.

GASPAR, Osmar Teixeira. **Direitos Políticos e Representatividade da População Negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo**. Tese de Doutorado, USP, 2017.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. Editora 34, 2002.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luiza Mahin: Uma rainha africana no Brasil**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

HALL, Stuart; CHRISTCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **A produção social das notícias: Os mugging nos media**. In: TRAKINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

JUNG, C.G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

LARA, Silvia Hunold. **Biografia de Mahommah G. Baquaqua**. In: Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, p. 269-284, 1988.

LIPPMANN, Walter. **A Opinião Pública**. Tradução Jaques A. Wainberg. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARTINS, C. A. M. A publicidade e o registro branco do Brasil. In: BATISTA, L. L.; LEITE, F. (orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: ECA/USP, 2011.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MCCOMBS, M. A Teoria da Agenda. **A mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, Marcos Antônio (Org.). **Antologia da carta no Brasil: Me escreva tão logo possa**. São Paulo: Moderna, 2005. p. 67-75.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Editora Vozes, 1999.

_____. Política de Ação Afirmativa no Brasil: Consenso e Desacordo na Política de Cotas na Universidade Pública. In: **Universidade inconclusa: os desafios da desigualdade**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2008.

_____. **Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.

OLIVEIRA, D. Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática. In: BATISTA, L. L.; LEITE, F. (orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: ECA/USP, 2011.

PALÁCIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. In: **Paper apresentado no painel Informação e Jornalismo no evento Jornadas sobre jornalismo online**, Universidade da Beira Interior, Portugal, 2002.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e filosofia**. São Paulo, Cultrix, 1984.

_____. Condições antropológicas do negro na publicidade contemporânea. In: BATISTA, L. L.; LEITE, F. (orgs.). **O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo**. São Paulo: ECA/USP, 2011.

ROCHA, Solange Pereira. **Na Trilha do Feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828_1888**. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. 2001)

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SANTORO TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto. **A comunidade científica, o Estado e as universidades, no atual estágio de desenvolvimento científico tecnológico**. Sociologias, n. 6, 2001.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do ciclo vicioso**. São Paulo: Ed. Senac, 2001

SILVA, Maria da Penha. **Mulheres Negras: Sua Participação Histórica Na Sociedade Escravista**. In: Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, Lílían M. **O espetáculo das raças**. São Paulo, Companhia das Letras: 1993.

SUANNO, Marilza VR; DE INFORMAÇÃO. **Novas Tecnologias**. Comunicação: reflexões a partir da Teoria Vygotskyana. 1º Seminário Nacional ABED de Educação à Distância. Belo Horizonte, v. 12, 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia**. 8ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.